



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

## **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 15/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO nº:** 42/2026.

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT.

**OBJETO:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais e insumos laboratoriais, destinados ao atendimento das demandas do Hospital Municipal Luciana Martins Amorim e das Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Município de Pedra Preta – MT.

**VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 1.501.104,35 (um milhão quinhentos e um mil cento e quatro reais e trinta e cinco centavos).

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor Preço por Item.

**MODO DE DISPUTA:** Aberto.

**LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP/EQUIPARADAS:** NÃO

**DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** 10/07/2026 ÀS 07H30MIN HORÁRIO DE CUIABÁ/MT (08H30MIN NO HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF).

**ENDEREÇO ELETRÔNICO DA SESSÃO PÚBLICA:** <https://www.licitanet.com.br>.

### **1. PREÂMBULO**

**1.1.** A Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006; nº 147 de 07 de Agosto de 2014– Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, Decreto Municipal nº 80/2023 , Decreto Municipal nº 82/2023, Lei Municipal 999/2017 e demais atos normativos aplicáveis, e, ainda, de acordo com as disposições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

**1.2.** A Prefeitura Municipal de Pedra Preta permitirá o cadastramento eletrônico das propostas de preços no período compreendido entre 24/06/2026 a 10/07/2026.

### **2. OBJETO**

O objeto da presente licitação é o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais e insumos laboratoriais**, destinados ao atendimento das demandas do Hospital Municipal Luciana Martins Amorim e das Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Município de Pedra Preta – MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**2.1.** A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

**2.3.** A participação no presente Pregão é aberta a todos os interessados, sendo assegurado o tratamento diferenciado previsto nos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 123/2006 as pessoas jurídicas enquadradas ou equiparadas às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que satisfaçam as exigências estabelecidas neste edital e seus anexos, e ainda, cujo contrato social esteja em vigor, registrado no órgão competente, com o ramo de atividade compatível ao objeto deste edital.

**2.3.1.** Não haverá a adoção das modalidades previstas nos incisos I e III do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, consistentes na destinação exclusiva de lotes e na reserva de cota de 25% do objeto às microempresas e empresas de pequeno porte, em razão de inviabilidade técnica devidamente justificada no processo administrativo, porém, será assegurado o seguinte tratamento diferenciado:

**2.3.1.a)** empate ficto, assim entendido como quando as ofertas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais forem iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada na forma do item 4.8 do edital e no Art. 44 da LC 123/2006.

**2.3.1.b)** Prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por mais 5 (cinco) dias à critério da administração para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista conforme previsto no item 4.4.1 do edital e conforme previsto no art. 43, §1º da LC 123/2006.

## 3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

**3.1.** A Sessão deste PREGÃO ELETRÔNICO será pública e realizada em conformidade com este Edital na data, horário e local indicado no Preâmbulo.

**3.2.** Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO IV (Termo de Referência);

**3.3.** Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do ANEXO IV (Termo de Referência);

**3.4.** Poderão participar deste certame pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade compatível e pertinente com o objeto desta licitação e atendam às exigências deste Edital e seus anexos, correndo por sua conta todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização aos licitantes pela realização de tais atos.

**3.5.** Não poderão disputar esta licitação:

**3.5.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**3.5.2.** Concorratórias ou em processo de falência, em recuperação judicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

**3.5.3.** Que estejam reunidas em consórcio, sendo controladora, coligada ou subsidiária entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

**3.5.4.** Justificativa da vedação de empresa em consórcio: Conforme Acórdão do Tribunal de Contas da União 2831/2012, onde atribui à Administração a prerrogativa de admitir a participação de consórcios, desde que faça justificada. Está, portanto, no âmbito da discricionariedade da Administração. Não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, tampouco é serviço de grande vulto econômico, ou seja, o valor estimado está em conformidade com o art. 6º inciso XXII da Lei 14.133/21, e, o edital não traz em seu termo de referência nenhuma característica própria que justificasse a admissão de empresas em consórcio. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval do Estado, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração. Parte significativa do objeto da licitação pode ser fornecida por diversas empresas do mercado. Nessa situação, caso a participação de consórcio fosse permitida, estaria limitando a concorrência, pois as empresas poderiam deixar de ser concorrentes com objetivo de se unir, reduzindo a oportunidade de oferta de um preço mais justo pelo objeto.

**3.5.6.** Empresas Estrangeiras que não funcionem no País.

**3.5.7.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, aplicado também ao licitante que atue em substituição a outra pessoa física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.5.8.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**3.5.9.** Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**3.5.10.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.5.11.** A vedação estabelecida no item anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3.5.12.** Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados;

**3.5.13.** Os licitantes se responsabilizam pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, assumindo todos os ônus pela preparação da proposta assim como da habilitação, não cabendo quaisquer tipos de ressarcimentos, independentemente do resultado do certame.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

**3.5.14.** Sob pena de inabilitação ou desclassificação, todos os documentos apresentados pelos licitantes deverão referir-se ao mesmo CNPJ descrito por estas na proposta de preços, salvo aqueles documentos permitidos por lei.

## 4. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

**4.1.** Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://www.licitanet.com.br>, a participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através deste, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

**4.2.** As microempresas ou as empresas de pequeno porte no momento de seu cadastro deverão manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico o estabelecido na Lei Complementar nº. 123/2006 e ainda suas alterações na Lei Complementar 147/2014;

**4.3.** O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, e 147/2014 mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas;

**4.4.** Nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e do art. 21, as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, conforme subitem 10.5.2 deste Edital, mesmo que esta apresente alguma restrição.

### **4.4.1. Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista:**

**4.4.2.** Será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**4.4.3.** Este tratamento favorecido somente será concedido se as microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem no certame toda a documentação fiscal exigida, mesmo que esta contenha alguma restrição.

**4.4.4.** O motivo da irregularidade fiscal pendente deverá ficar registrado em ata, bem como a indicação do documento necessário para comprovar a regularização.

**4.5.** A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 4.4.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei e no Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**4.6.** Em caso de atraso, por parte dos órgãos competentes da emissão de certidões negativas de débito ou de certidões positivas com efeito de negativas, o licitante poderá apresentar à Administração Pública, em prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, contados do



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

término do prazo conferido aos referidos órgãos responsáveis pela emissão, outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, nos termos dos arts. 151 e 156 do Código Tributário Nacional, juntamente com a prova de protocolo do pedido da certidão comprobatória.

**4.7.** A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal de que tratam os subitens 4.4.2. e 4.6.

**4.8.** Ocorrendo o empate ficto (quando as ofertas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais forem iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada), na forma da Lei Complementar nº 123/2006, proceder-se-á da seguinte forma:

**4.9.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**4.9.1.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**4.9.2.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

**4.9.3.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

**4.9.4.** Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

**4.9.5.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, em prazo determinado, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

## 5. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

**5.1.** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá apresentar pedidos de esclarecimentos, providências ou impugnar este Edital.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

**5.1.1.** Os pedidos deverão ser encaminhados ao Órgão ou Entidade promotora da licitação, via sistema LICITANET, sendo direcionado ao pregoeiro(a), a quem caberá responder e divulgar sua resposta no mesmo sistema até o último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**5.1.2.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, sendo que só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dia de expediente no Órgão ou na Entidade.

**5.2.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**5.3.** Sobre o pedido de esclarecimento ou impugnação, é facultado ao agente de contratação, comissão ou pregoeiro solicitar manifestação de profissionais com conhecimento sobre o objeto licitado, ou ainda, aos setores contábil e financeiro do próprio órgão licitante ou entidade promotora da licitação.

**5.4.** Também é facultado ao agente de contratação, comissão ou pregoeiro solicitar a análise da impugnação ou do pedido de esclarecimento à Procuradoria Geral do Município.

**5.5.** Se ocorrer modificação no Edital e seus anexos, em razão do acolhimento de impugnação ou pedido de esclarecimento, serão corrigidos os vícios e uma nova data será designada pela Administração para a realização do certame, exceto quando inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação de propostas.

**5.6.** Decairá o direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão Eletrônico, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entender viciarem o mesmo.

## 6. CREDENCIAMENTO

**6.1.** As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

**6.2.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, **no site: <https://www.licitanet.com.br>**.

**6.3.** O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

**6.4.** O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do Município de Pedra Preta-MT, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

**6.5.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

## 7. PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

**7.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**7.2.** O envio da proposta eletrônica será feito exclusivamente através do site da LICITANET até o dia e horário previstos neste Edital, devendo a licitante confirmar em campo próprio do sistema ou através do anexo da DECLARAÇÃO UNIFICADA, que:

**7.2.1** Cumpre plenamente os requisitos de habilitação, que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital, manifestando pleno conhecimento e aceitação das regras do certame.

**7.2.2.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**7.2.3.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**7.2.4.** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; **7.2.5.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**7.3.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**7.4.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

**7.5.** A licitante, ao inserir sua proposta, informará nos campos próprios do sistema eletrônico:

**7.5.1.** ESPECIFICAÇÃO dos bens ofertados, conforme TERMO DE REFERÊNCIA.

**7.5.2.** As propostas apresentadas pelos licitantes deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas, materiais, equipamentos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes, seguros, treinamento, deslocamentos de pessoal, transporte, garantia, lucro e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o valor do objeto licitado, constante da proposta, conforme exigências editalícias e contratuais, não sendo admitido pleito posterior em decorrências da exclusão de quaisquer despesas incorridas.

**7.5.3.** PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA de no mínimo 60 dias.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

**7.5.3.1.** Caso o prazo de validade da proposta não for expressamente indicado na proposta eletrônica, será considerado como aceito, para efeito de julgamento, aqueles indicados no item 7.5.3.

**7.5.3.2.** Caso seja informado prazo em desacordo com o mínimo estipulado, conforme for o caso, ao Agente de Contratação é facultada a realização de diligências, e, não sendo alterados esses prazos, desclassificará a proposta da licitante.

**7.5.3.3.** Os licitantes após a apresentação das propostas não poderão alegar preço inexecutável ou cotação incorreta e deverão prestar o(s) serviço(s) sem ônus adicionais.

**7.5.3.4.** As propostas serão apresentadas e permanecerão sigilosas até o encerramento da fase competitiva.

**7.6.** Qualquer elemento que possa identificar o licitante nesta fase importa em desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**7.7.** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, bem como as que apresentem omissões ou irregularidades insanáveis.

**7.8.** Após a abertura das propostas, não caberá desistência das mesmas e os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade das licitantes, não lhes assistindo direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, salvo por motivo justo e comprovado decorrente de fato superveniente e aceito pelo Agente de Contratação.

**7.9.** O Agente de Contratação poderá solicitar das licitantes quaisquer outras informações que julgar pertinentes para o perfeito conhecimento e julgamento das propostas, sendo que estas deverão ser enviadas, no prazo estipulado pelo mesmo no sistema sob pena de desclassificação das propostas.

**7.9.1.** Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta, o Agente de Contratação poderá suspender o pregão e marcar nova data para sua continuidade, intimando todos os participantes via sistema eletrônico.

**7.10.** No julgamento das propostas, em favor da ampliação da disputa, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

**7.11.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

**7.12.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**7.13.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

**7.14.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**7.15.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**7.15.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**7.15.2.** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**7.16.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**7.17.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

## 8. ABERTURA DA SESSÃO, ACOLHIMENTO DA PROPOSTA E ETAPA DE LANCES

**8.1.** A partir do horário previsto no preâmbulo deste Edital, a sessão pública será aberta sob comando do pregoeiro e será realizada de forma eletrônica, no sistema LICITANET.

**8.2.** Após a abertura da proposta pelo pregoeiro, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

**8.2.1.** O conteúdo da proposta não poderá ser alterado, seja com relação ao preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos seus termos originais.

**8.2.2.** O pregoeiro poderá, no interesse da Administração Pública, relevar excesso de formalismo nas propostas apresentadas pelos licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo da licitação.

**8.2.3.** Para efeito de julgamento das propostas, nenhuma oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos será considerada.

**8.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**8.4.** A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo no próprio do sistema eletrônico.

**8.5.** Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar seus lances sucessivos, os quais serão feitos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado o modo de disputa fixado neste Edital.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

**8.6.** Os lances deverão ser apresentados em valores sucessivos e decrescentes para os itens, considerando o valor unitário do item gerado pelo LICITANET no momento do cadastramento da proposta inicial.

**8.6.1.** O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ela ofertado e registrado no sistema.

**8.6.2.** Não serão aceitas cotações com valores com mais de duas casas decimais. Caso ocorra, o valor deverá ser arredondado para menor.

**8.6.3.** As licitantes poderão oferecer lances, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

**8.7.** Para o presente Pregão, será adotado para o envio de lances, o Modo de Disputa Aberto: os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério [menor preço].

**8.7.1.** A etapa de envio de lances na sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública de lances.

**8.7.2.** A prorrogação automática da etapa de envio de lances de que trata o subitem anterior será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

**8.7.3.** Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública de lances será encerrada automaticamente.

**8.7.4.** Encerrada a fase competitiva, sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**8.8.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente, de acordo com as melhores propostas.

**8.9.** Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente e a pedido do licitante, lance cujo valor seja manifestamente inexecutável, permanecendo válido o último lance ofertado.

**8.10.** O sistema informará a melhor proposta imediatamente após o encerramento da etapa de lances, devendo os licitantes consultarem regularmente o sistema eletrônico para verificar o resultado da licitação.

**8.11.** O sistema eletrônico somente permitirá a visualização da Proposta de Preços Eletrônica após o término da etapa de lances.

**8.12.** Na hipótese de desconexão do pregoeiro no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos sem prejuízo dos atos realizados.

**8.13.** Quando ocorrer a desconexão do sistema LICITANET e esta persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após COMUNICADO expresso aos



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

participantes por meio do LICITANET - e de Aviso publicado no Diário Oficial da Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM, sendo o seu acompanhamento de inteira responsabilidade do licitante.

**8.14.** A etapa de lances da sessão pública será encerrada automaticamente na hipótese de não haver novos lances.

## 9. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

**9.1.** Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá negociar com o licitante que apresentou proposta mais vantajosa, por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes, para que seja obtida melhor proposta, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas em Edital.

**9.2.** O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificada que, no prazo de 02 (DUAS) HORAS, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**9.2.1.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de findado o prazo previsto no subitem anterior.

**9.2.2.** Se o licitante não apresentar proposta atualizada, deverá o pregoeiro desclassificá-la e examinar as ofertas subsequentes e assim sucessivamente até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

**9.2.2.1.** Na hipótese acima, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar sanção administrativa ao licitante que deixou de apresentar a proposta atualizada.

**9.3.** O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM, desde que observadas às especificações e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

**9.4.** O pregoeiro poderá suspender a sessão pública para realizar análise prévia das propostas, cujo prazo será definido na própria sessão.

**9.5.** O pregoeiro examinará a proposta ajustada ao melhor lance, quanto à compatibilidade do preço ao valor estimado para licitação, à sua exequibilidade e à sua adequação ao objeto licitado.

**9.5.2.** O valor ofertado após a fase de lances (proposta realinhada) não poderá ser superior em relação ao valor ofertado inicialmente em cada item pelo licitante (proposta inicial), tampouco ser maior que o valor estimado para licitação.

**9.5.3.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, o pregoeiro poderá solicitar a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**9.5.4.** O pregoeiro poderá solicitar a correção de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica e, se necessário, afastar licitantes em razão de vícios insanáveis, podendo solicitar auxílio da equipe de apoio, se for o caso.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

**9.5.4.1.** A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Lei nº 14.133/2021, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

**9.6.** Serão desclassificadas as propostas de preços que:

**9.6.1.** Contenham vícios insanáveis ou ilegalidades.

**9.6.2.** Não apresentem as especificações técnicas pormenorizadas neste Edital e de seus Anexos.

**9.6.3.** Apresentarem preços inexequíveis ou que permanecerem acima do orçamento estimado para licitação.

**9.6.4.** Não vierem a comprovar sua exequibilidade, quando exigido pela Administração.

**9.6.5.** Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital, desde que seja insanável.

**9.7.** Consideram-se preços manifestamente inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

**9.8.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

**9.9.** O valor ofertado após a fase de lances (proposta realinhada) não poderá ser superior em relação ao valor ofertado inicialmente em cada item pelo licitante (proposta inicial), tampouco ser maior que o valor estimado para licitação.

**9.10.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam o pedido.

**9.11.** Caso a proposta da primeira colocada permaneça acima do preço estimado e esgotada toda a negociação direta, o licitante será desclassificado e serão convocadas as demais licitantes, de acordo com a ordem classificatória, para negociação de condições mais vantajosas, observando o preço estimado da licitação.

**9.12.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**9.13.** Caso o licitante melhor classificado tenha participado da pesquisa de preço desta Licitação, para compor o seu valor estimado, seja por meio de contratos firmados ou por orçamentos, a sua contratação fica atrelada ao respectivo valor, sendo considerado como valor teto da sua possível contratação, ou seja, o valor da sua proposta deverá ser igual ou melhor àquele que compõe o preço de referência, salvo justificativa.

**9.14.** Se a proposta ou o melhor lance não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

**9.15.** Finalizada a sessão pública, não poderá haver desistência da proposta ou dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes na legislação vigente.

**9.16.** Todos e quaisquer avisos pertinentes ao certame serão postados no chat e/ou anexados no mesmo local de disponibilização deste Edital no sistema LICITANET, sendo o seu acompanhamento de inteira responsabilidade do licitante.

**9.15.1.** A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública constarão em ata divulgada no sistema eletrônico LICITANET, sem prejuízos das demais formas de publicidades previstas em Lei, não podendo o licitante alegar desconhecimento da informação.

## 10. HABILITAÇÃO

**10.1.** Nos termos do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor.

**10.2.** Encerrada a fase de julgamento das propostas, o pregoeiro solicitará o envio de documentos de habilitação, somente do licitante vencedor, exclusivamente via sistema, no prazo de até 02 (duas) horas e avaliará a necessidade de suspender a sessão para análise da documentação de habilitação. Caso não haja data de retorno estipulada pelo pregoeiro durante a sessão, será publicada no Sistema LICITANET, a futura data de reabertura da sessão para divulgação do resultado da fase de habilitação e prosseguimento do processo licitatório.

**10.3.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentora da proposta vencedora, o pregoeiro verificará o cumprimento das condições de participação, especialmente quanto à inexistência de sanções que impeçam a participação no certame ou a futura contratação, que será realizada mediante consulta nos seguintes cadastros:

**10.3.1.** Cadastro de Licitantes Inidôneas do Tribunal de Contas da União, ([www.portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitante-inidoneas/](http://www.portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitante-inidoneas/));

**10.3.2.** Cadastro das Empresas Inidôneas do Tribunal de Contas do Mato Grosso ([www.jurisdicionado.tce.mt.gov.br/conteudo/index/sid/477](http://www.jurisdicionado.tce.mt.gov.br/conteudo/index/sid/477));

**10.3.3.** Cadastro da Controladoria Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

**10.3.4.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

OBS: Os cadastros supracitados corresponde a banco de informações mantidos pelo Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, Controladoria-Geral da União e Conselho Nacional de Condenações que tem como objetivo consolidar a relação das empresas que sofreram



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

sanções pelos órgãos e entidades da Administração Pública das diversas esferas federativas, os licitantes que estiverem em algum desses cadastros automaticamente estão proibidos de licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**10.3.5.** Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**10.4.** Os documentos de habilitação que deverão ser apresentados são os seguintes:

### **10.4.1. Relativos à Habilitação Jurídica:**

**10.4.1.1.** No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI, estatuto, ato constitutivo ou contrato social em vigor, devidamente registrado no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhados da documentação de seus administradores.

**10.4.1.2.** Cédula de Identidade ou documento equivalente (com foto) do representante legal da sociedade empresária licitante e/ou do procurador. O procurador deverá ainda apresentar o instrumento válido da procuração.

**10.4.1.3.** No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI.

**10.4.1.4.** No caso de sociedade empresária estrangeira, portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

**10.5.1.5.** No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária, inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**10.5.1.6.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**10.5.1.7.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **10.5.2. Relativos à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:**

**10.5.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

**10.5.2.2.** Certidão Conjunta de Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciária, podendo ser retirada no site: <https://www.gov.br/receitafederal>.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

**10.5.2.3.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;

**10.5.2.4.** Nos casos em que não for possível a certidão consolidada, será suficiente a CND específica para participar de licitações, expedida pelo órgão competente do respectivo domicílio tributário ou sede.

**10.5.2.5.** Certidão de regularidade fiscal perante o Município de domicílio ou sede do licitante, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa.

**10.5.2.6.** Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A mesma pode ser retirada no site: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br).

**10.5.2.7.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida pela Justiça do Trabalho no site do Tribunal Superior do Trabalho – [www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br).

**10.5.2.8.** Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas, nos termos da lei de regência, para fins de comprovações fiscais e trabalhistas.

### **10.5.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

**10.5.3.1.** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 02 (dois) exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprovem a boa situação financeira da empresa, conforme segue:

**10.5.3.1.1.** Empresas regidas pela Lei nº 6.404/1976 (sociedade anônima):

- publicados em Diário Oficial; ou
- publicados em jornal de grande circulação; ou
- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

**10.5.3.1.2.** Empresas por cota de responsabilidade limitada (LTDA), Empresa Individual, Eireli, Sociedades Simples e Empresas sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006 – Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte:

- cópia do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, extraídos do Livro Diário com o Termo de abertura e encerramento com o “Termo de Autenticação” da Junta Comercial, ou do Cartório, quando for o caso, da sede ou domicílio do licitante; ou
- cópia do Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado dos 02 (dois) últimos exercícios – DRE registrado na Junta Comercial, ou do Cartório, quando for o caso, da sede ou domicílio do licitante.

**10.5.3.2.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis por fotocópia do balanço de abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio dos licitantes.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

**10.5.3.3.** Os documentos referentes ao Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**10.5.3.4.** O balanço patrimonial, as demonstrações e o balanço de abertura deverão estar assinados por administrador da empresa e por contador legalmente habilitado.

**10.5.3.5.** Os tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital – ECD, consoante disposições contidas no Decreto nº 6.022/2007, regulamentado através da IN nº 2003/2021 da RFB e alterações, apresentarão documentos extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped na seguinte forma:

**10.5.3.5.1.** Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped, nos termos do Decreto nº 8.683/2016, desde que não haja indeferimento ou solicitação de providências.

**10.5.3.5.2.** Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped.

**10.5.3.5.3.** Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped.

**10.5.3.6.** Para comprovar a boa situação financeira a empresa deverá apresentar os seguintes índices: índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações dos Balanços Patrimoniais, relativos aos 02 (dois) últimos exercícios, já exigíveis na forma da lei, sendo admitido para qualificação apenas resultados superiores a 1 (um) nos 02 (dois) exercícios exigidos:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = -----

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Ativo Total

SG = -----

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Ativo Circulante

LC = -----



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

### Passivo Circulante

**10.5.3.6.1.** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5 % do valor total estimado da contratação.

**10.5.3.7.** Todas as formas societárias deverão apresentar Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou extrajudicial, no CNPJ da matriz, expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante;

**10.5.3.7.1.** Caso a certidão exigida acima seja emitida na forma POSITIVA para recuperação judicial, o licitante deverá comprovar, por meio de certidão emitida pela instância judicial competente, que o plano de recuperação foi aprovado em assembleia geral de credores e homologado pelo juiz, e que está sendo cumprido regularmente, demonstrando que a empresa está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

**10.5.3.7.2.** Se o documento exigido neste item não contiver indicação de data de validade, será considerada válida a certidão expedida em até 60 (sessenta) dias antes da data de abertura da licitação.

### **10.5.4. Relativos à Qualificação Técnica:**

**10.5.4.1.** O licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito Público ou Privado, em nome da empresa licitante, em papel timbrado devidamente assinado e com identificação do emitente. O(s) Atestado(s) deverá(ão):

**10.5.4.2.** Comprovar a aptidão para o fornecimento de objeto com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente.

**10.5.4.3.** Alvará Sanitário vigente, expedido pelo órgão de vigilância sanitária competente do domicílio ou sede da empresa, compatível com o ramo de atividade exercido e com o objeto da contratação.

**10.5.4.4.** Caso o Pregoeiro (a) entenda necessário, a licitante, deverá disponibilizar todas as informações essenciais à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho, endereço atual do contratante, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência.

**10.5.4.4.1.** Não há obrigatoriedade de que as nomenclaturas constantes do atestado sejam idênticas à utilizada na definição das categorias indicadas neste Termo de Referência, desde que sejam suficientes à comprovação de capacidade de execução do objeto contratual de que trata este Termo de Referência.

**10.5.** Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, em sendo possível, constar o número de inscrição no CNPJ e endereço respectivo, salientando que:

**10.5.1.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

**10.5.2.** Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**10.5.3.** Os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) do licitante.

**10.6.** Os documentos de HABILITAÇÃO apresentados sem disposição expressa do órgão expedidor quanto a sua validade, terão o prazo de vencimento de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua emissão.

**10.6.1.** Excetuam-se do prazo acima mencionado, os documentos cuja validade é indeterminada, como é o caso dos atestados de capacidade ou responsabilidade técnica.

**10.7.** Será permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante o uso de certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil).

**10.8.** Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

**10.9.** Ao pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

**10.10.** A prova de autenticidade de cópia de documento ou o reconhecimento de firma somente serão exigidos quando houver dúvida sobre a veracidade do documento, admitida a autenticação realizada por servidor através da apresentação da original ou realizada por advogado por sua responsabilidade profissional.

**10.11.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**10.11.1.** Complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

**10.11.2.** Atualizar documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**10.12.** A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Lei nº 14.133/2021, que restringe-se à juntada/encarte no sistema, após a abertura da sessão pública, de documento inexistente no momento da apresentação da proposta. Neste caso, o licitante não atende à condição exigida no Edital e por tal razão está inabilitado. Caso o documento esteja apenas ausente, isto é, existente no momento da apresentação da proposta, porém, por falha ou equívoco não tenha sido apresentado pelo licitante, deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

**10.12.1.** Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre os licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

**10.13.** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

**10.14.** Os demais licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante melhor classificado.

**10.14.1.** A apresentação de novas propostas, conforme descrito acima, não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

**10.14.2.** Os licitantes que reduzirem os preços ao valor da proposta classificada, terão seus documentos de habilitação analisados de acordo com os itens desta seção, com a finalidade de estarem previamente habilitadas e figurarem na relação de empresas remanescentes em caso de eventual desistência ou impedimento/cancelamento do licitante vencedor.

### **10.16.4. Documentação Complementar:**

**10.16.4.1.** Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis. (conforme modelo anexo II)

**10.16.4.2.** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (conforme modelo anexo II)

**10.16.4.3.** Declaração de que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. (conforme modelo anexo II)

**10.16.4.4.** Declaração da própria empresa de que não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Municipal exercendo funções de gerência ou administração, nos termos do art. 9º, § 1º da Lei nº 14.133/2021. (conforme modelo anexo II)

**10.16.4.5.** Declaração de que não há sanções vigentes que legalmente proibam a participante de licitar e/ou contratar com o contratante. (conforme modelo anexo II)

**10.16.4.6.** Declaração para fins do disposto no inciso VI, art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal. (conforme modelo anexo II)

**10.16.4.7.** Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, bem como no art. 14, inciso VI da Lei nº 14.133/2021. (conforme modelo anexo II)

### **10.16.4.8. Documentação Complementar, exigível nos termos da LC 123/2006:**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

**10.16.4.8.1.** Declaração de que é ME, EPP ou MEI e não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 e, nos termos do art. 28 da Lei Complementar Estadual nº 605/2018, está apto a usufruir do tratamento estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006. (conforme modelo declaração anexo III)

**10.16.4.8.2.** Declaração de que no ano-calendário de realização desta licitação, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021. (conforme modelo declaração anexo III)

### 11. RECURSOS

**11.1.** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediatamente a intenção de recorrer, expondo os motivos de forma resumida em campo próprio do Sistema Eletrônico, no prazo de 10 (dez) minutos, contados da declaração do vencedor. Após a manifestação no sistema, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis, contados do encerramento da sessão, para apresentação das razões do recurso, restritas aos motivos apontados na sessão pública, ficando os demais licitantes desde logo intimadas para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

**11.1.1.** As petições de recurso (razões e contrarrazões) deverão ser encaminhadas exclusivamente (ANEXADAS E ENVIADAS) por meio do Sistema LICITANET, respeitando o prazo de 03 (três) dias úteis indicado no subitem anterior.

**11.2.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a preclusão do direito de recurso.

**11.3.** Não serão aceitas ou consideradas as razões e contrarrazões recursais enviadas de forma não prevista neste Edital, ou cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo ou tenha sido assinada por pessoa inabilitada para representar a empresa, seja ela recorrente ou recorrida.

**11.4.** Na hipótese de haver recurso contra decisão em um determinado item, este não terá efeito suspensivo para os demais.

**11.5.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará e homologará o certame.

**11.6.** A decisão será disponibilizada por meio do Sistema LICITANET, Diário Oficial da Associação Matogrossense dos Municípios – AMM e site oficial da Prefeitura Municipal de Pedra Preta.

### 12. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

**12.1.** Encerrada a etapa de recurso e independentemente da existência de irresignação, o pregoeiro encaminhará os autos do processo para a autoridade competente, para adjudicação e homologação do procedimento licitatório, observadas, no que couber, as disposições do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

## 13. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**13.1.** Homologado o resultado da licitação, os fornecedores classificados serão convocados para a assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, cujas cláusulas constam na Minuta da Ata de Registro de Preços, parte integrante deste Edital.

**13.1.1.** A critério da Administração, o prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da Adjudicatária e aceito pelo órgão.

**13.1.2.** A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo previsto no subitem 13.1, ensejará a aplicação de penalidades legalmente estabelecidas.

**13.2.** Quando a convocada não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, será facultado ao órgão convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

**13.3.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço mais vantajoso. O saldo será renovado de acordo com o quantitativo licitado.

**13.4.** A Ata de Registro de Preços, assinada pelo licitante vencedor, estará disponível no site da Prefeitura Municipal de Pedra Preta no link, <https://www.pedrapreta.mt.gov.br/>.

**13.5.** Desde que devidamente justificada a vantagem, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública poderá solicitar a utilização da presente ARP (POR ADESÃO), durante sua vigência, independentemente da participação ou não na licitação sobredita, mediante anuências do órgão gerenciador e do particular titular do registro, nos termos previstos no art. 86, §§ 2º a 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Lei nº 14.770/2023, desde que observadas as disposições abaixo:

- a) O órgão ou entidade pública interessado na adesão deverá consultar prévia e diretamente o fornecedor titular da ARP, visando obter a concordância formal com a contratação pretendida;
- b) É faculdade do fornecedor titular da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, a aceitação ou não da contratação decorrente de adesão, independentemente de qualquer justificativa formal;
- c) Cabe ao órgão ou entidade aderente encaminhar ao GERENCIADOR a concordância do fornecedor;
- d) Proceder à consulta formal ao GERENCIADOR, por meio de ofício ou outro expediente competente, encaminhado para o e-mail [licitacao@pedrapreta.mt.gov.br](mailto:licitacao@pedrapreta.mt.gov.br), no qual deverá constar o objeto



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

que interessa contratar, o respectivo quantitativo pretendido e a concordância do fornecedor para fins de análise e manifestação sobre a possibilidade de adesão;

**13.5.1.** O quantitativo decorrente das adesões à ARP não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem (art. 86, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

**13.5.2.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes;

## 14. CONTRATO

**14.1.** Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas, será firmado contrato com a Adjudicatária, com vigência de até 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura, adstrito à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

**14.1.1.** A minuta integral do contrato é parte integrante deste Edital, constante no Anexo V deste instrumento convocatório.

**14.2.** As cláusulas e condições contratuais, inclusive as sanções por descumprimento das obrigações, serão aquelas previstas no Termo de Referência e minuta do contrato, anexos a este Edital.

**14.3.** É vedada a subcontratação do objeto deste contrato.

## 15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**15.1.** As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão por conta dos seguintes créditos orçamentários:

FICHA: 474

011101 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

04 Administração

04 122 Administração Geral

04 122 0005 GESTÃO DO SUS

04 122 0005 2023 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

DE SAÚDE

3.3.90.30.00 Material de Consumo

3.1.500 001.001 Recursos Próprios do Município

FICHA: 494

011101 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

10 Saúde



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

10 301 Atenção Básica  
10 301 0006 ATENÇÃO BÁSICA A TODOS  
10 301 0006 2058 0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A ATENÇÃO  
BÁSICA  
3.3.90.30.00 Material de Consumo  
3.1.500 300.201 Recurso da Saúde - 15%

## FICHA 514

### 011101 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

10 Saúde  
10 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
10 302 0007 REDE HOSPITALAR  
10 302 0007 2061 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS  
ATIVIDADES DO HOSPITAL  
MUNICIPAL  
3.3.90.30.00 Material de Consumo  
3.1.500 300.201 Recurso da Saúde - 15%

## FICHA: 520

### 011101 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

10 Saúde  
10 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
10 302 0007 REDE HOSPITALAR  
10 302 0007 2061 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS  
ATIVIDADES DO HOSPITAL  
MUNICIPAL  
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente  
3.1.500 300.201 Recurso da Saúde - 15%

## FICHA: 525

### 011101 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

10 Saúde  
10 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
10 302 0007 REDE HOSPITALAR  
10 302 0007 2062 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CAPS  
3.3.90.30.00 Material de Consumo  
3.1.500 300.201 Recurso da Saúde - 15%

## FICHA: 534

### 011101 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

10 Saúde  
10 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
10 302 0007 REDE HOSPITALAR  
10 302 0007 2063 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

### REABILITAÇÃO

3.3.90.30.00 Material de Consumo

3.1.500 300.201 Recurso da Saúde - 15%

FICHA: 546

011101 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

10 Saúde

10 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial

10 302 0007 REDE HOSPITALAR

10 302 0007 2064 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO

LABORATÓRIO

546 3.3.90.30.00 Material de Consumo 36.191,00 0,00 0,00 36.191,00

3.1.500 300.201 Recurso da Saúde - 15%

FICHA: 561

011101 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

10 Saúde

10 305 Vigilância Epidemiológica

10 305 0008 SAÚDE VIGILANTE

10 305 0008 2077 0000 MANTER ENCARGOS COM PROGRAMAS DE

VIGILÂNCIA

561 3.3.90.30.00 Material de Consumo 25.000,00 0,00 0,00 25.000,00

3.1.500 300.201 Recurso da Saúde - 15%

FICHA: 589

01 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

011102 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10 Saúde

10 301 Atenção Básica

10 301 0006 ATENÇÃO BÁSICA A TODOS

10 301 0006 3042 0000 REGIONALIZAÇÃO DE ATENÇÃO EM SAÚDE -

ESTADUAL

3.3.90.30.00 Material de Consumo

3.1.621 300.202 Recursos de Convênios e Programas da Saúde

FICHA: 591

01 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

011102 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10 Saúde

10 301 Atenção Básica

10 301 0006 ATENÇÃO BÁSICA A TODOS

10 301 0006 3045 0000 INCENTIVO PARA AÇÕES ESTRATÉGICAS -

FEDERAL



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

3.3.90.30.00 Material de Consumo

3.1.600 300.202 Recursos de Convênios e Programas da Saúde

FICHA: 593

01 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

011102 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10 Saúde

10 301 Atenção Básica

10 301 0006 ATENÇÃO BÁSICA A TODOS

10 301 0006 3046 0000 INCENTIVO FINANCEIRO DA APS-DESEMPENHO -

FEDERAL

3.3.90.30.00 Material de Consumo

3.1.600 300.202 Recursos de Convênios e Programas da Saúde

Ficha: 602

01 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

011102 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10 Saúde

10 301 Atenção Básica

10 301 0006 ATENÇÃO BÁSICA A TODOS

10 301 0006 3048 0000 IMPLEMENTAÇÃO DE POLITICAS PARA A REDE

ALYNE

3.3.90.30.00 Material de Consumo

3.1.600 300.202 Recursos de Convênios e Programas da Saúde

FICHA: 604

01 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

011102 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10 Saúde

10 301 Atenção Básica

10 301 0023 ASSISTENCIA FARMACEUTICA

10 301 0023 3043 0000 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA ATENÇÃO BÁSICA

- ESTADUAL

3.3.90.30.00 Material de Consumo

3.1.621 300.202 Recursos de Convênios e Programas da Saúde

FICHA: 605

01 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

011102 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10 Saúde

10 301 Atenção Básica

10 301 0023 ASSISTENCIA FARMACEUTICA

10 301 0023 3050 0000 PROMOÇÃO ASSIST.FARM.INSUMOS.EST.AT. PRIM.

SAÚDE - FEDERAL



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

3.3.90.30.00 Material de Consumo  
3.1.600 300.202 Recursos de Convênios e Programas da Saúde

FICHA: 615

01 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE  
011102 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
10 Saúde  
10 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
10 302 0005 GESTÃO DO SUS  
10 302 0005 2045 0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDO DA  
SAÚDE  
3.3.90.30.00 Material de Consumo  
3.1.500 300.201 Recurso da Saúde - 15%

FICHA: 634

01 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE  
011102 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
10 Saúde  
10 304 Vigilância Sanitária  
10 304 0021 VIGILANCIA SANITARIA  
10 304 0021 3053 0000 INCENTIVO FINANCEIRO VIG.SAÚDE-DESPESAS  
DIVERSAS - FEDERAL  
3.3.90.30.00 Material de Consumo  
3.1.600 300.202 Recursos de Convênios e Programas da Saúde

### 16. INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**16.1.** Comete infração, passível de penalidades, o licitante que:

**16.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

**16.1.2.** Não mantiver sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

**16.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de vigência da ata de registro de preço.

**16.1.4.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**16.1.5.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

**16.1.6.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

**16.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

**16.1.7.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei.

**16.1.7.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento.

**16.1.7.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

**16.1.8.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

**16.1.9.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

**16.2.** O licitante que cometer qualquer das infrações descritas no item anterior será responsabilizado, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sendo garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**16.3.** Os crimes contra a Administração Pública aos quais estão sujeitos os licitantes, processar-se-ão pela Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e pelo Código Penal, para fins de responsabilização das pessoas jurídicas, na esfera administrativa, civil e penal.

**16.4.** Na ocorrência de impugnação ou recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá aplicar a sanção estabelecida no art. 156, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**16.5.** A não apresentação da proposta atualizada e documentos de habilitação sujeita o licitante à aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração.

**16.6.** Constatada a possível prática de crime, assim definido na legislação, na execução da licitação, Ata de Registro de Preços ou contrato, o fato será comunicado à autoridade policial competente para apuração.

**16.7.** A sanção de multa será aplicada isolada ou cumulativamente com outras penalidades no caso de atraso injustificado ou em qualquer outro caso de inexecução que implique prejuízo ou transtorno à administração na forma prevista em Edital, nos termos da Lei Municipal 999/2017.

**16.8.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% (cinco centésimos por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**16.9.** Para as infrações previstas nos subitens 16.1.1, 16.1.2, 16.1.3 e 16.1.4 desta Seção, a multa será de 0,5% (cinco centésimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

**16.10.** Para as infrações previstas nos subitens 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7, 16.1.8 e 16.1.9 desta Seção, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

**16.11.** Quanto ao atraso para assinatura da Ata, o valor das multas será calculado nos seguintes percentuais:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

**16.11.1.** Atraso de até 02 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento) do valor homologado.

**16.11.2.** A partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 10º (décimo) dia útil, multa de 10% (dez por cento) do valor homologado, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia útil de atraso.

**16.13.** Quanto ao atraso para assinatura do contrato:

**16.13.1.** Atraso de até 02 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento), sobre o valor da nota de empenho se for entrega única e sobre o valor do contrato se for entrega parcelada.

**16.13.2.** A partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 10º (décimo) dia útil, multa de 10% (dez por cento), sobre o valor da nota de empenho se for entrega única e sobre o valor do contrato se for entrega parcelada, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia útil de atraso.

**16.14.** As hipóteses de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade estão dispostas nos §§ 4º e 5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

**16.15.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos à Administração Pública decorrentes dessa conduta, a implantação/aperfeiçoamento de programa de integridade, a situação econômico-financeira do acusado, no caso de aplicação de multa, e a conduta praticada pelo infrator, bem como a intensidade do dano provocado segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

**16.16.** As penalidades de advertência e multa podem ser aplicadas cumulativamente e realizar-se-ão em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante, observando-se os procedimentos previstos em lei.

**16.17.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**16.18.** As sanções previstas nesta seção e no Termo de Referência, anexo deste Edital, não eximem o contratado da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Órgão/Entidade.

**16.19.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**16.20.** Demais disposições acerca das infrações e sanções estão dispostas na legislação aplicável, em especial Lei nº 14.1433/2021, Lei nº 12.846/2013, Lei Municipal nº 999/2017 e Código Penal.

## 17. DISPOSIÇÕES GERAIS

**17.1.** O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do contratado farão parte integrante do contrato ou instrumento equivalente, independentemente de transcrição.

**17.2.** É facultado ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de novo documento.

**17.3.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades; revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade; proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável; adjudicar o objeto e homologar a licitação, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

**17.3.1.** A autoridade competente ao pronunciar a nulidade, indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

**17.3.2.** O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

**17.3.3.** Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

**17.3.4.** As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado até a data em que for declarada a anulação ou tornado ineficaz os atos decorrentes dessa declaração, conforme disposição do art. 149 da Lei nº 14.133/2021.

**17.4.** As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta ao Órgão, que não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado da licitação.

**17.5.** As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

**17.6.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será redesignada para outro dia e hora e novamente publicados na Imprensa Oficial.

**17.7.** As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança do futuro contrato ou instrumento equivalente.

**17.8.** O aviso sobre este Edital, bem como eventuais retificações e publicações posteriores, serão publicadas no Diário Oficial da Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM, no site oficial da Prefeitura no link: [www.pedrapreta.mt.gov.br](http://www.pedrapreta.mt.gov.br), bem como disponibilizado, na plataforma LICITANET.

**17.9.** A homologação do resultado desta licitação não gera direito à contratação, mas mera expectativa de direito.

**17.10.** Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes na Lei nº 14.133/2021.

**17.11.** Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a sessão pública serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame, observado e informado no aviso e no Edital o horário local do órgão promotor da licitação (Pedra Preta/MT) e o horário de Brasília.

**17.12.** Havendo alterações no instrumento convocatório, as mesmas serão aplicadas também às minutas de contrato.

**17.13.** São partes integrantes deste Edital:

**17.13.1. ANEXO I:** MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL;

**17.13.2. ANEXO II:** MODELO DE DECLARAÇÃO;

**17.13.3. ANEXO III:** MODELO DE DECLARAÇÃO ME EPP MEI;

**17.13.4. ANEXO IV:** TERMO DE REFERÊNCIA;

**17.13.5. ANEXO V:** MINUTA DE CONTRATO;

**17.13.6. ANEXO VI:** MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

**17.13.7. ANEXO VII:** PLANILHA DE VALORES REFERENCIAIS;

**17.13.8. ANEXO VIII:** FORMAÇÃO DOS VALORES;

Pedra Preta – MT, 24 de junho de 2026.

**RITHYENE GOMES DA SILVA**

Agente de Contratação  
(Portaria nº 186/2023)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

### ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

#### PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

Proposta de Preços

Licitação: Nº xx/2026.

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Licitante: \_\_\_\_\_ C.N.P.J.: \_\_\_\_\_

Tel: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_ Tel. Celular: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Conta Corrente: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ Banco: \_\_\_\_\_

ITEM (N.º)	Descrição do item	Marca	Unidade	Quantidade	Preço unitário (em algarismo)	Preço total (em algarismo)

Estamos de acordo com os termos do ato convocatório e com a legislação nele indicada, propomos os valores acima, sendo:

1. O prazo de eficácia da proposta, é de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de apresentação da proposta realinhada, prazo este que será suspenso caso ocorra interposição de recursos administrativos ou a propositura de ações judiciais;
2. Declaro expressamente que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessários ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da licitação;
3. Para formulação desta Proposta de Preço, foram observados o Termo de Referência - Anexo IV do Edital, principalmente os itens que influenciam na formação do preço;
4. Pagamento através do banco:

Agência Nº C/C Nº Cidade:

Cidade - UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 202X.

CARIMBO E ASSINATURA DO REPRESENTANTE  
LEGAL DA EMPRESA



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

## ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO

Modelo da Declaração (Empregador Pessoa Jurídica)

(Papel timbrado da empresa)

**A**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT**

**Ref.: EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2026.**

**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.**

(Nome da Empresa) \_\_\_\_\_, CNPJ Nº \_\_\_\_\_, sediada na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro, \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_ Município \_\_\_\_\_, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão Eletrônico Nº xx/2026 DECLARA, sob as penas da lei, que:

a) Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e em seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;

b) Cumpre com as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

c) As propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

d) Não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Municipal exercendo funções de gerência ou administração, servidor do Órgão/Entidade contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021;

e) Não há sanções vigentes que legalmente proibam a participante de licitar e/ou contratar com o Órgão/Entidade contratante;

f) Não possui em seu quadro de pessoal empregados (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso VI, artigo 68 da Lei nº 14.133/2021;

g) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

Cidade - UF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202X.

Assinatura do representante legal sob carimbo.

RG: CPF:

CNPJ da empresa





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

### ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO ME EPP MEI

Modelo da Declaração para ME, EPP e MEI (Empregador Pessoa Jurídica)  
(Papel timbrado da empresa)

**A**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT**

**Ref.: EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2026.**

**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.**

(Nome da Empresa) \_\_\_\_\_, CNPJ Nº \_\_\_\_\_, sediada na Rua \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro, \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_ Município \_\_\_\_\_, por  
seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão Nº XX/2026  
DECLARA, sob as penas da lei:

a) Ser ME, EPP ou MEI;

b) Que não se encontra em nenhuma das situações previstas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e está apto a usufruir do tratamento estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123/2006;

c) Que no ano-calendário de realização desta licitação, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

Cidade - UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202X.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:

CPF:

CNPJ da empresa



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

## ANEXO IV - TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO

Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais e insumos laboratoriais, destinados ao atendimento das demandas do Hospital Municipal Luciana Martins Amorim e das Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Município de Pedra Preta – MT, visando assegurar a continuidade dos serviços de apoio diagnóstico e assistência à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência que integra o presente processo.

### 2. NECESSIDADE, JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação é motivada pela necessidade de garantir o abastecimento contínuo, regular e adequado de materiais e insumos laboratoriais, indispensáveis à realização de exames laboratoriais no âmbito do Hospital Municipal Luciana Martins Amorim e das Unidades Básicas de Saúde do Município de Pedra Preta – MT.

Os materiais e insumos laboratoriais constituem elementos essenciais para o funcionamento dos serviços de apoio diagnóstico, sendo fundamentais para o diagnóstico, monitoramento, prevenção e acompanhamento de doenças, bem como para a tomada de decisões clínicas seguras e oportunas, especialmente em atendimentos de urgência, emergência e ações de vigilância em saúde.

Ressalta-se que a demanda por tais insumos é variável e, em muitos casos, imprevisível, em razão de fatores como aumento sazonal de atendimentos, ocorrência de surtos epidemiológicos, ampliação de serviços ofertados e necessidade de reposição contínua de materiais de uso rotineiro, o que inviabiliza a definição prévia de quantitativos exatos.

Nesse contexto, a adoção do Registro de Preços para futura e eventual aquisição mostra-se a alternativa mais adequada e eficiente, pois possibilita o fornecimento conforme a necessidade real da Administração, reduzindo riscos de desabastecimento, evitando aquisições desnecessárias, perdas por vencimento de validade e desperdício de recursos públicos.

O objetivo central desta contratação é assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços públicos de saúde, garantindo condições técnicas adequadas para a realização dos exames laboratoriais, em conformidade com as normas sanitárias vigentes e com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

### 3. DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MÉDIA VLR UNIT.	MÉDIA VLR TOTAL
1	20	UND	TESTE PARA DETERMINACAO DE ASLO - DA ANTIESTREPTOLISINA O, AGLUTINACAO EM LATEX, LEITURA AGLUTINACAO, EXECUCAO AUTOMATICA, SORO, DETERMINACAO QUANTITATIVA, VALIDADE MINIMA APOS ENTREGA DE 06 MESES, CONTENDO 50 TESTES, CASSETE PRONTO PARA USO, NR.LOTE,DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, PROCEDENCIA.	52,69	1.053,80
2	1.000	CAIXA	TIRA REAGENTE - TIRA REAGENTE PARA ANALISE DE URINA, COMBUR PARA URINA, GLICOSE, BILIRRUBINA, CORPOS CETONICOS, DENSIDADE, SANGUE, PH, PROTEINA, UROBILINOGENIO, NITRITO, LEUCOCITOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO. CAIXA COM 100UNIDADES.	43,93	43.930,00
3	100.000	UND	AGULHA REMOVIVEL - COLETA MULTIPLA DE SANGUE, PARA EM ADAPTADOR P/TUBO DE COLETA DE SANGUE A VACUO, AGULHA VACUTAINER - 25 X 8.	0,71	71.000,00
4	50.000	UND	AGULHA REMOVIVEL - COLETA MULTIPLA DE SANGUE, PARA EM ADAPTADOR P/TUBO DE COLETA DE SANGUE A VACUO, AGULHA VACUTAINER - 30 X 8.	2,81	140.500,00
5	50	UND	CALICE - EM POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 200ML, BASE CIRCULAR, PARA SEDIMENTAÇÃO.	4,22	211,00
6	10	UND	CAMARA DE CONTAGEM - DE NEUBAUER, MELHORADA, EM VIDRO, TRANSPARENTE, COM 2 RETICULOS, COM SULCO SEPARADOR COM LARG. MIN.3MM E PROF.1,5MM, COM 02 LAMINULAS, PARA CONTAGEM DE CELULAS E ELEMENTOS, ACONDICIONADO EM CAIXA RESISTENTE COM 01 UNIDADE.	234,34	2.343,40
7	10	UND	CAMARA DE CONTAGEM - K-CELL, DESCARTAVEL, PLASTICO, 9 CIRCULOS CORRESPONDENDO A 0.1 UL, COM SULCO SEPARADOR, PARA CONTAGEM DE CELULAS E ELEMENTOS, ACONDICIONADO EM CAIXA COM 100 UNIDADES.	899,21	8.992,10
8	15	KIT	CORANTE - HEMATOLOGICO PANOTICO RAPIDO, ASPECTO FISICO:LIQUIDO, CARACTERISTICAS ADICIONAIS:FRASCOS SEPARADOS, COMPOSICAO:0,1% DE CICLOHEXADIENOS,0,1% DE AZOBENZOSULFONICOS, COMPONENTES ADICIONAIS:0,1% DE FENOTIAZINAS.	101,05	1.515,75
9	5	UND	CRONOMETRO - CRONOMETRO PROFISSIONAL COM CRONOMETRO DIGITAL, SISTEMA LAP E SPLIT, RESISTENTE A AGUA C/ CRONOMETRO PROGRESSIVO E REGRESSIVO, MEMORIA P/2 TEMPOS DE PIQUE C/ CALEDARIO E HORARIO,DE 1/100 SG,DE 1/100 CENTESIMAL, ALIMENTACAO: BATERIA.	145,81	729,05



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

10	5.000	UND	DISPOSITIVO INTRAVENOSO TIPO SCALP - PARA COLETA SANGUE A VACUO COM DISPOSITIVO DE SEGURANCA 21G.	1,21	6.050,00
11	20.000	UND	DISPOSITIVO INTRAVENOSO TIPO SCALP - PARA COLETA SANGUE A VACUO COM DISPOSITIVO DE SEGURANCA 23G.	1,23	24.600,00
12	5.000	UND	DISPOSITIVO INTRAVENOSO TIPO SCALP - PARA COLETA SANGUE A VACUO COM DISPOSITIVO DE SEGURANCA 25G.	2,22	11.100,00
13	20	UND	ESTANTE DE AMOSTRA - PARA TUBO DE ENSAIO, DE ARAME REVESTIDO DE PVC, PARA 12 CM X 23,5 CM, 72 FUROS DE 1,7 CM DE DIAMETRO, PARA USO EM COLETA DE AMOSTRAS.	133,98	2.679,60
14	20	UND	ESTANTE DE AMOSTRA - PARA TUBO DE ENSAIO, DE ARAME REVESTIDO DE PVC, PARA 15 MM X 100 MM, 96 TUBOS C/ 7 CM ALTURA, 3,5 DE GRADE INTERMEDIARIAE 2X2 CM DE QUADRADO INTERNO., PARA USO EM COLETA DE AMOSTRAS.	132,38	2.647,60
15	100.000	UND	FRASCO COLETOR PARA SECRECOES E URINA - EM POLIPROPILENO, SEM PÁ, COR: TRANSPARENTE, TAMPA DE ROSCA, CAPACIDADE: 80ML, COM ESCALA DE GRADUACAO, EMBALAGEM APROPRIADA.	0,94	94.000,00
16	100	KIT	KIT PARA DETECCAO DE FATOR REUMATOIDE - KIT PARA DOSAGEM QUALITATIVA DE FATOR REUMATOIDE, METODO AGLUTINACAO, UTILIZA COMO SUPORTE PARTICULAS DE LÁTEX RECOBERTAS COM ANTICORPO ESPECIFICO ANTI FATOR REUMATOIDE HUMANO, LEITURA AGLUTINACAO E LEITURA VISUAL, EXECUCAO MANUAL, EM SORO, DETERMINACAO QUANTITATIVA, VALIDADE MINIMA APOS ENTREGA DE 6 MESES, ROTULO C/ NR DE LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE.	40,87	4.087,00
17	10	KIT	KIT PARA DETERMINACAO DE TUBERCULOSE - DETERMINACAO NO IMUNOCROMATOGRFICO, METODO TESTE IMUNOLOGICO P/DETECCAO RAPIDA E QUALITATIVA PSA(ANTIGENO PROSTATIVO ESPECIFICO)NO SORO, ESTOCAGEM NA TEMPERATURA DE ARMAZENAR DE 15- A 25-C, ROTULAGEM COM EM SORO, PLASMA E SANGUE TOTAL, VOLUME TOTAL DO KIT COM 20 TESTES, NUMERO DE REAGENTES DO KIT PSA, PRESENCA DE PADRAO TESTE DE SCREENING.	358,85	3.588,50
18	200	KIT	KIT PARA DOSAGEM DE TROPONINA - CARDIAC COMBO RAPID TESTE, IMUNOENSAIO CROMATOGRFICO QUALITATIVO PARA DETECCAO DE TROPONINA I (CTNI), CK-MB E MIOGLOBINA EM SANGUE TOTAL, SORO OU PLASMA.	586,50	117.300,00
19	10	KIT	KIT SOROLOGICO PARA DETECCAO DE BACTERIAS - PARA DETECCAO DE PARA INTRADERMORREACAO DA HANSENIASE, MITSUDA, EXECUCAO MANUAL, EM SORO, VALIDADE MINIMA APOS A ENTREGA DE 6 MESES, ENTREGA DE ACORDO COM CRONOGRAMA DO SERVICO, KIT CONTENDO FRASCO, ROTULO COM NR DE LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO.	891,47	8.914,70



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

20	100	KIT	KIT TESTE SOROLOGICO PARA SIFILIS - DE ANTIGENO CARDIOLIPIDICO, COM VALIDADE MINIMA DE 06 MESES, PARA PROVA DE FLOCULACAO, (V.D.R.L), DEVENDO CONSTAR EM CADA FRASCO E EMBALAGEM O NUMERO DO LOTE, BULA DETALHADA CONFORME LEGISLACAO VIGENTE, CONSERVACAO E ACONDICIONAMENTO, DE ACORDO COM AS INSTRUcoes DO FABRICANTE, DEVENDO POSSUIR REGISTRO NA ANVISA, PARA USO EM SORO OU PLASMA.	54,16	5.416,00
21	10	CAIXA	LAMINA - DE VIDRO COM FUNDO PRETO E SEIS CIRCULOS ENUMERADOS DE 1 A 6, MARCADOS COM A COR BRANCA, PLACA UTILIZADA PARA TESTES DE AGLUTINACAO EM LATEX ( ASO, PCR, FR). CAIXA COM 50 UNIDADES.	20,50	205,00
22	100	CAIXA	LAMINA - EM VIDRO, BORDA LISA, SUPERFICIE LISA, 1,2 A 1,4 MM, NA DIMENSAO DE 26X76MM, HEMATOLOGIA, HANSENIASE E TUBERCULOSE, PARA MICROSCOPIA, ACONDICIONADO EM CAIXAS COM 50 UNIDADES.	25,25	2.525,00
23	100	CAIXA	LAMINA DE VIDRO FOSCA - PARA MICROSCOPIA. LAMINAS COM ESPESSURA ENTRE 1,0 A 1,2MM; DIMENSOES: 26 X 76MM; SELADAS A VACUO. APRESENTACAO: CAIXA COM 50 LAMINAS.	22,19	2.219,00
24	20	CAIXA	LAMINULA - DE VIDRO, MA MEDIDA 20 X 25 MM, LISA, UTILIZADO EM CAMARA DE NEUBAUER, EMBALADO EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO. CAIXA COM 50 UNIDADES.	17,85	357,00
25	50	CAIXA	LAMINULA - PARA MICROSCOPIA, LAMINULAS COM ESPESSURA DE 22 X 22 MM; EMBALADAS A VACUO EM PAPEL ALUMINIZADO. APRESENTACAO: CAIXA COM 100 UNIDADES.	6,39	319,50
26	10	UND	MICROPIPETA AUTOMATICA - DE 50 A 200 MICROLITROS, REGULAVEL.	303,59	3.035,90
27	10	UND	OLEO DE IMERSAO - I-R- (40 C) 1,4975 OLEO DE IMERSAO PARA MICROSCOPIA, TRANSPARENTE, I-R.	45,86	458,60
28	5.000	FRASC	PCR TESTE- PARA PESQUISA DE PCR POR AGLUTINACAO INDIRETA , PARA TESTE DE LATEX EM LAMINA SEM CONTROLES NEGATIVOS E POSITIVOS INCLUSOS. FRASCO COM 2ML.	43,97	219.850,00
29	100	CAIXA	PIPETA - DE SILICONE, COM BOCAL PONTA DE GOTEIRO, AUTOCLAVAVEL, PARA USO EM PIPETA PASTEUR. CAIXA COM 100 UNIDADES.	65,18	6.518,00
30	10	UND	PIPETADOR - TIPO PERA, EM MATERIAL BORRACHA FLEXIVEL, 03 VALVULAS, ESFERAS EM ACO INOXIDAVEL, ACOPLAMENTO EM PIPETAS DE VIDRO DE 01 ML, DE 2-100 ML.	39,85	398,50



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

31	10	UND	PLACA - DE KLINE PARA VDRL, ESCAVADA EM VIDRO, COM 12 POCOS, DIMENSOES: 60X80MM, ESPESSURA: 5MM, DIMENSAO DAS CAVIDADES: 16MM DE DIAMETRO, 3MM PROFUNDIDADE.	67,39	673,90
32	20	PCT	PONTEIRA PLASTICA - DESCARTAVEL, AMARELA, PARA PIPETA MONOCANAL E/OU MULTICANAL, COM CAPACIDADE 0,5 - 250UL, ACONDICIONADO EM PACOTE COM 1000 UNIDADES, ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICACAO E PROCEDENCIA.	44,96	899,20
33	10	PCT	PONTEIRA PLASTICA - DO TIPO PONTEIRA UNIVERSAL DESCARTAVEL AZUL DE 500 A 1000ML. PACOTE COM 1.000 UNIDADES.	50,64	506,40
34	20	UND	PROVETA - EM VIDRO,CAPACIDADE DE 1000ML,RIGOROSAMENTE COM CERTIFICADO ASTM E ISO9001,BASE DE PLASTICO,COM TAMPA DE POLIETILENO.	199,22	3.984,40
35	20	UND	PROVETA - EM VIDRO,CAPACIDADE DE 100ML,RIGOROSAMENTE COM CERTIFICADO ASTM E ISO9001.	64,04	1.280,80
36	20	UND	PROVETA - EM VIDRO,CAPACIDADE DE 250ML,RIGOROSAMENTE COM CERTIFICADO ASTM E ISO9001,BASE DE PLASTICO,COM TAMPA DE POLIETILENO.	110,06	2.201,20
37	20	UND	PROVETA - EM VIDRO,CAPACIDADE DE 500ML,RIGOROSAMENTE COM CERTIFICADO ASTM E ISO9001,BASE DE PLASTICO,COM TAMPA DE POLIETILENO.	162,14	3.242,80
38	5	KIT	REAGENTE - PARA COLORACAO DE BAAR, COMPOSTO DE KIT PARA COLORACAO, ACONDICINADO EM EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO, ROTULO COM NR.LOTE, DATA DE FABRICACAO, PROCEDENCIA.	69,81	349,05
39	5	UND	REAGENTES QUIMICOS - LIQUIDO DE TURCK, CATEGORIA P.A., CATEGORIA PARA CONTAGEM DE LEUCOCITOS EM CAMARA, APRESENTADO EM LIQUIDO, REAGENTE HIDRATADO, ACONDICIONADO EM FRASCO DE COM 01 LITRO, ROTULO COM NR. DO OTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, FORMULA E CONDICAO DE ARMAZENAMENTO.	96,20	481,00
40	5	FRASC	REAGENTES QUIMICOS - LUGOL FORTE SOLUCAO, PADRAO ANALITICO ESPECIFICO PARA LABORATORIO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, FRASCO 500ML.	148,82	744,10



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

41	50	FRASC	REAGENTES QUIMICOS - SORO ANTI-A - MONOCLONAL PARA REACAO E PESQUISA DA TIPAGEM SANGUINEA DO SISTEMA ABO, FRASCO COM APRESENTACAO DE 10ML COM CONTA GOTAS, DATA DE VALIDADE, LOTE E REGISTRO MS.	46,26	2.313,00
42	50	FRASC	REAGENTES QUIMICOS - SORO ANTI-AB, MONOCLONAL PARA REACAO E PESQUISA DA TIPAGEM SANGUINEA DO SISTEMA ABO. FRASCO COM APRESENTACAO DE 10ML COM CONTA GOTAS, DATA DE VALIDADE, LOTE E REGISTRO MS.	53,58	2.679,00
43	50	FRASC	REAGENTES QUIMICOS - SORO ANTI-B - MONOCLONAL PARA REACAO E PESQUISA DA TIPAGEM SANGUINEA DO SISTEMA ABO FRASCO COM APRESENTACAO DE 10ML COM CONTA GOTAS, DATA DE VALIDADE, LOTE E REGISTRO MS.	49,61	2.480,50
44	50	FRASC	REAGENTES QUIMICOS - SORO ANTI-D, MONOCLONAL IGM+IGG COMBINADO PARA REACAO E PESQUISA DA TIPAGEM SANGUINEA DO SISTEMA ABO FRASCO COM APRESENTACAO DE 10ML COM CONTA GOTAS, DATA DE VALIDADE, LOTE E REGISTRO MS.	64,96	3.248,00
45	50	FRASC	SORO ANTI RH - REAGENTE ANTI CDE , ESPECIFICACOES TECNICAS MINIMAS: REAGENTE PARA CLASSIFICACAO DO SISTEMA SANGUINEO,FRASCO COM 10ML.	57,36	2.868,00
46	500	CAIXA	TESTE - DENGUE IGG/IGM/NS1 TESTE RAPIDO COM 20 TESTES (SABONETE) DETECTA SIMULTANEAMENTE A PROTEINA NS1 E OS ANTICORPOS IGG E IGM PARA OS QUATRO SOROTIPOS CONHECIDOS (DEN-1, DEN-2, DEN-3, E DEN-4). METODOLOGIA: IMUNOCROMATOGRAFIA TIPOS DE AMOSTRAS: SORO, PLASMA E SANGUE TOTAL. TEMPO DE REACAO: 15 A 20 MINUTOS SENSIBILIDADE: 92,8% - NS1 / 99,5% - IGG/IGM ESPECIFICIDADE: 98,4% - NS1 / 98,5% - IGG/IGM. REGISTRADO NA ANVISA. EMBALAGEM DE ACORDO COM A LEGISLACAO VIGENTE, ROTULO CONTENDO NR/ LOTE, DATA DE FABRICACAO E VALIDADE, VALIDADE DO MATERIAL APOS ENTREGA DE NO MINIMO 12 MESES.	243,61	121.805,00
47	100	KIT	TESTE DE DETECCAO DE AC ANTI HEPATITE C - DETERMINACAO DE ANTICORPOS FRENTE AO VIRUS DA HEPATITE C ( ANTI HCV ), ENZIMAIMUNOENSAIO, UTILIZA COMO SUPORTE MICRO PLACA REVESTIDA COM ANTIGENOS RECOMBINANTES, EXECUCAO TECNICA MANUAL OU SEMI AUTOMATIZADA, SORO OU PLASMA, DETERMINACAO QUALITATIVA, CONTROLES POSTITVO E NEGATIVO, NAO ACOMPANHA CALIBRADORES, VALIDADE MINIMA APOS ENTREGA DE 4 MESES, CAIXA CONTENDO 25 TESTES, NR. DO LOTE, DATA DE VALIDADE E FABRICACAO.	74,86	7.486,00





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

48	200	KIT	TESTE DE DETECCAO DE AC TOTAL ANTI SIFILIS - TESTE SOROLOGICO PARA SIFILIS,QUIMIOLUMINESCENCIA EM SORO OU PLASMA,ENSAIO AUTOMATIZADO COM LEITURA FOTOMETRICA,EXECUCAO POR TOTAL AUTOMAÇÃO,SORO OU PLASMA,DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA,APROXIMADAMENTE 100%,APROXIMADAMENTE 01 DESVIO PADRAO,VALIDADE MINIMA APOS ENTREGA DE 6 MESES,O MATERIAL DEVE SER CONSERVADO EM 4- A 8-C, CONTENDO 25 TESTES.	44,06	8.812,00
49	100	KIT	TESTE DE DETECCAO DE ANTIGENO HIV - REALIZAÇÃO DO DIAGNOSTICO DE INFECCAO PELO VIRUS HIV, ENSAIO IMUNOENZIMATICO C/ANTIGENOS SENSIBILIZADOS EM TIRA OU MEMBRANAS COM LEITURA VISUAL, LEITURA TESTE IN VITRO PARA DETECCAO QUALITATIVA DO ANTI CORPO CONTRA O VIRUS HIV 1 E 2 NO SORO OU S.TOTAL, EXECUCAO TESTE RAPIDO PARA TRIAGEM DO VIRUS DE HIV, DETERMINAÇÃO PARA APROXIMADAMENTE 25 TESTES EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO, NR.LOTE, DATA FABRICACAO/VALIDADE.	89,97	8.997,00
50	1.000	CAIXA	TESTE DE GRAVIDEZ - DETERMINAÇÃO POR REACAO QUIMICA, REACAO EM TIRA (QUIMICA SECA ), TIRAS COM PARTICULAS DE GONADOTROFINA CORIONICA, NAO SOFRER INTERFERENCIA DE HORMONIOS HIPOFIZARIOS, URINA, QUALITATIVA, DE 0 A 50MUI/ML, NAO AUTOMATIZADO, TEMPERATURA AMBIENTE, ACONDICIONAADO EM DE ACORDO COM A LEGISLACAO VIGENTE, ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, FORMULA E PROCEDENCIA. CAIXA COM 25 UNIDADES.	48,32	48.320,00
51	500	CAIXA	TESTE PARA DETECCAO - DENGUE NS1, IMUNOENSAIO DE FLUORESCÊNCIA PARA MEDICAÇÃO QUALITATIVA DE ANTIGENOS NS1 DO VIRUS DA DENGUE (DEN-1, DEN-2, DEN-3 E DEN-4), TIPO DE AMOSTRA: SANGUE TOTAL, SORO E PLASMA, APRESENTAÇÃO: DISPOSITIVO TESTE PARA LEITURA NOS ANALISADORES ECO READER F. CAIXA COM 25 TESTES.	298,63	149.315,00
52	100	KIT	TESTE SOROLOGICO - KIT CHIKUNGUNYA. O KIT CONTEM TODOS OS REAGENTES, CONTROLE E TAMPOES PARA EXECUCAO DOS TESTES.	649,99	64.999,00
53	100	KIT	TESTE SOROLOGICO PARA HBSAG - POR ANTI HBSAG II EIA, 25 TESTES, DATA: NO MINIMO 06 MESES APOS A DATA DA ENTREGA, PARA DETERMINAÇÃO EM SORO OU PLASMA, ROTULAGEM COM DATA DE FABRICACAO, N. DE LOTE,PROCEDENCIA, OBRIGATORIAMENTE ENTRE: 2 A 8 GRAUS.	75,01	7.501,00
54	2.000	UND	TUBO - COLETA A VACUO 6ML, PARA TRANSPORTE DE URINA SEM ADITIVO.	1,30	2.600,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

55	15.000	UND	TUBO A VACUO PARA COLETA DE SANGUE - EM VIDRO, E TRANSPARENTE INCOLOR, MEDINDO 16X100MM, COM TAMPA VERMELHA, SEM ANTICOAGULANTE, COM 10 ML, COM C/ PROTECAO ENTRE OS TUBOS, DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA E VALIDADE, E NACIONAL	1,31	19.650,00
56	100.000	UND	TUBO A VACUO PARA COLETA DE SANGUE - EM VIDRO, E TRANSPARENTE INCOLOR, MEDINDO 16X100MM, COM TAMPA VERMELHA, SEM ANTICOAGULANTE, COM 4 ML, COM C/ PROTECAO ENTRE OS TUBOS, DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA E VALIDADE, E NACIONAL.	0,98	98.000,00
57	50.000	UND	TUBO A VACUO PARA COLETA DE SANGUE - EM VIDRO, E TRANSPARENTE, MEDINDO 13 X 75MM, COM TAMPA CINZA, COM ANTICOAGULANTE (FLUORETO DE SODIO), COM 04 ML, COM C/ PROTECAO ENTRE OS TUBOS, DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA E VALIDADE, E NACIONAL.	1,05	52.500,00
58	10.000	UND	TUBO A VACUO PARA COLETA DE SANGUE - EM VIDRO, MICRO, E TRANSPARENTE, COM TAMPA AZUL, COM CITRATO, COM VOLUME DE 1,0 ML, COM PROTECAO ENTRE OS TUBOS, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO, E DADOS DE PROCEDENCIA DO PRODUTO.	1,01	10.100,00
59	100.000	UND	TUBO A VACUO PARA COLETA DE SANGUE- DE PLASTICO, COM SISTEMA DE SEGURANÇA, TAMANHO 13X75MM, ESTERIL, DESCARTAVEL, TRANSPARENTE, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, COM EDTA-K2, VOLUME DE 04 A 5,5 ML, COM TAMPA DE BORRACHA SILICONIZADA E CAPA PROTETORA NA COR ROXA.	0,86	86.000,00
60	10	UND	TUBO CAPILAR - EM BOROSILICATO, 100MM, PARA DENUDACAO DE OOCITOS, AUTOCLAVAVEL, ACONDICIONADO EM COM 500 CAPILARES.	52,30	523,00

A execução do fornecimento dos materiais e insumos laboratoriais objeto desta contratação deverá observar, no mínimo, os seguintes requisitos técnicos:

- **Qualidade e segurança dos produtos:**  
Todos os materiais e insumos laboratoriais fornecidos deverão ser novos, estar em perfeitas condições de uso, íntegros, livres de defeitos, avarias ou vícios aparentes ou ocultos, garantindo a segurança, a confiabilidade dos resultados laboratoriais e a adequada utilização nos serviços de saúde.
- **Conformidade normativa e sanitária:**  
Os materiais e insumos laboratoriais deverão atender integralmente às normas técnicas e sanitárias vigentes, incluindo, quando aplicável, as normas da ABNT, as resoluções da ANVISA, bem como demais legislações correlatas que regulamentam a fabricação, comercialização, armazenamento e transporte de produtos para uso em saúde.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

- Registro e regularidade junto à ANVISA:  
Os produtos que assim o exigirem deverão possuir registro, cadastro ou notificação válidos junto à ANVISA, devendo a contratada comprovar a regularidade sanitária sempre que solicitado pela Administração.
- Validade e rastreabilidade:  
Os materiais e insumos laboratoriais deverão ser entregues com prazo de validade compatível com o consumo médio das unidades, não sendo admitido o fornecimento de produtos próximos ao vencimento, salvo autorização expressa da Administração. Deverão, ainda, possibilitar a rastreabilidade por meio de lote, data de fabricação e validade.
- Embalagem, acondicionamento e transporte:  
Os produtos deverão ser entregues em embalagens originais de fábrica, devidamente lacradas, identificadas e em conformidade com as exigências do fabricante, assegurando condições adequadas de armazenamento e transporte, de modo a preservar a integridade, qualidade e segurança dos insumos.
- Responsabilidade pelo fornecimento:  
A contratada será integralmente responsável pela qualidade dos materiais e insumos fornecidos, devendo proceder à substituição imediata de quaisquer produtos que apresentem irregularidades, defeitos, inconformidades técnicas ou que estejam em desacordo com as especificações constantes neste instrumento e no Termo de Referência.

## 4. QUANTITATIVOS

As quantidades estimadas para a futura e eventual aquisição de materiais e insumos laboratoriais foram definidas com base em critérios técnicos e objetivos, em conformidade com o art. 18, §1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, considerando:

a) O consumo histórico registrado no Hospital Municipal Luciana Martins Amorim, nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e demais serviços da rede municipal de saúde de Pedra Preta – MT, especialmente os dados extraídos de contratos, atas de registro de preços e ordens de fornecimento firmados em exercícios anteriores;

b) A média de atendimentos hospitalares e ambulatoriais, bem como a demanda por exames laboratoriais clínicos, diagnósticos e de monitoramento, realizados de forma contínua ou eventual, inclusive em situações de urgência, emergência e ações de vigilância em saúde;

c) A possibilidade de variação sazonal da demanda, sobretudo em períodos de maior incidência de doenças, ocorrência de surtos epidemiológicos, campanhas de saúde pública e aumento do número de atendimentos e internações;

d) A necessidade de manutenção de estoque mínimo de segurança no Almoxarifado Central e nas unidades de saúde, com o objetivo de evitar a descontinuidade na realização de exames laboratoriais essenciais ao diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos pacientes.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

Com base nesses parâmetros, foram estimadas as quantidades máximas anuais dos materiais e insumos laboratoriais constantes no respectivo Termo de Referência, consideradas suficientes para atender, de forma contínua e regular, as necessidades da rede municipal de saúde.

Ressalta-se que os quantitativos apresentados possuem caráter meramente estimativo, não constituindo obrigação de aquisição integral por parte da Administração, podendo as contratações ocorrer de forma parcelada, conforme a necessidade efetiva, a demanda assistencial e a disponibilidade orçamentária e financeira, observada a legislação vigente.

## 5. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS REQUISITOS TÉCNICOS E OPERACIONAIS

O fornecimento dos materiais e insumos laboratoriais objeto desta contratação deverá observar os seguintes requisitos técnicos e operacionais mínimos, os quais compõem o escopo exigido pela Administração:

- **Fornecimento integral sob responsabilidade da contratada:**  
O fornecimento compreende a entrega integral dos materiais e insumos laboratoriais conforme especificações constantes no Termo de Referência e nas Ordens de Fornecimento, sendo vedado o fornecimento parcial ou em desacordo com as condições estabelecidas. A contratada deverá assegurar a disponibilização de todos os produtos requisitados, responsabilizando-se por sua adequada entrega, sem ônus adicional à Administração.
- **Qualidade, segurança e integridade dos produtos:**  
Todos os materiais e insumos laboratoriais deverão ser novos, originais de fábrica, livres de defeitos, avarias, vícios aparentes ou ocultos, garantindo segurança, confiabilidade e precisão na realização dos exames laboratoriais. Não será admitido o fornecimento de produtos reutilizados, recondicionados ou em condições que comprometam sua eficiência ou segurança.
- **Conformidade com normas técnicas e legais:**  
Os materiais e insumos laboratoriais deverão atender integralmente às normas técnicas da ABNT, às resoluções e regulamentos da ANVISA, bem como às demais legislações sanitárias, ambientais e de saúde vigentes, inclusive no que se refere à fabricação, armazenamento, transporte e comercialização de produtos para uso em saúde.
- **Registro e regularidade sanitária:**  
Os produtos que assim o exigirem deverão possuir registro, cadastro ou notificação válidos junto à ANVISA, devendo a contratada comprovar a regularidade sanitária sempre que solicitado pela Administração ou pela fiscalização do contrato.
- **Validade, lote e rastreabilidade:**  
Os materiais e insumos laboratoriais deverão ser entregues com prazo de validade compatível com o consumo médio das unidades, não sendo aceitos produtos com validade reduzida, salvo autorização expressa da Administração. Todos os produtos deverão conter identificação clara de lote, data de fabricação e validade, possibilitando plena rastreabilidade.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

- Embalagem, acondicionamento e transporte:  
Os produtos deverão ser entregues em embalagens originais, íntegras, lacradas e devidamente identificadas, observando as condições adequadas de armazenamento e transporte recomendadas pelo fabricante, de modo a preservar sua qualidade, segurança e estabilidade até o recebimento definitivo.
- Entrega sob demanda:  
O fornecimento ocorrerá de forma futura e eventual, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Ordem de Fornecimento (OF) pela unidade solicitante, previamente autorizada pela autoridade competente.
- Conteúdo mínimo da Ordem de Fornecimento de Fornecimento:  
A Ordem de Fornecimento deverá conter, no mínimo:  
(i) unidade requisitante;  
(ii) local de entrega;  
(iii) descrição detalhada dos materiais e insumos laboratoriais;  
(iv) quantidades solicitadas;  
(v) prazo para entrega.
- Responsabilidade pela substituição de produtos:  
A contratada deverá proceder à substituição imediata, sem ônus adicional, de quaisquer materiais ou insumos que apresentem defeitos, inconformidades técnicas, irregularidades sanitárias ou que estejam em desacordo com as especificações estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência.
- Responsabilidade por danos:  
A contratada será inteiramente responsável por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes do fornecimento inadequado, transporte incorreto ou entrega de produtos em desacordo com as normas técnicas e sanitárias vigentes.
- Recebimento, fiscalização e atesto:  
O fornecimento será acompanhado e fiscalizado por servidor designado pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser exigida a apresentação de documentos sanitários, registros de lote, validade e demais comprovações técnicas. O pagamento somente será realizado após o recebimento definitivo e o atesto da conformidade dos produtos entregues.
- Critério de pagamento:  
O pagamento será efetuado com base nas quantidades efetivamente fornecidas e devidamente atestadas, observados os critérios estabelecidos no Termo de Referência, respeitando os princípios da legalidade, economicidade, transparência e eficiência do gasto público.

## 5.1. REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

Os requisitos técnicos, funcionais e operacionais mínimos dos **materiais e insumos laboratoriais** constarão do **Termo de Referência**, com base nas **normas técnicas da ABNT**, nas **resoluções e regulamentos da ANVISA**, bem como nas demais legislações sanitárias e normativas aplicáveis aos produtos para uso em saúde.

O objeto contratual deverá abranger, no mínimo:

- **Materiais de consumo laboratorial**, tais como tubos, ponteiras, frascos, lâminas, reagentes, meios de coleta, kits diagnósticos e demais insumos necessários à realização de exames laboratoriais, conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência;
- **Insumos laboratoriais destinados a análises clínicas**, devidamente compatíveis com os métodos, equipamentos e rotinas laboratoriais adotadas pela rede municipal de saúde;
- **Produtos com registro, cadastro ou notificação válida junto à ANVISA**, quando aplicável, atendendo às exigências sanitárias vigentes;
- **Materiais acondicionados em embalagens originais de fábrica**, devidamente identificadas quanto à procedência, lote, data de fabricação e prazo de validade.

A empresa a ser contratada deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- **Capacidade técnica e regularidade sanitária**, comprovadas mediante apresentação de documentação exigida em edital, incluindo alvará sanitário vigente, quando aplicável, e demais autorizações necessárias para comercialização de produtos para uso em saúde;
- **Experiência compatível com o objeto**, comprovada nos termos do art. 67 da **Lei nº 14.133/2021**, mediante atestados de fornecimento anterior de materiais e insumos laboratoriais emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, quando exigido no instrumento convocatório;
- **Responsabilidade integral pela qualidade dos produtos fornecidos**, inclusive quanto a eventuais danos causados à Administração ou a terceiros em razão de defeitos, vícios, irregularidades sanitárias ou descumprimento das especificações técnicas;
- **Condições adequadas de armazenamento, transporte e logística**, assegurando que os materiais e insumos laboratoriais sejam entregues dentro dos prazos estabelecidos, preservando sua integridade, estabilidade e segurança até o recebimento definitivo;
- **Capacidade logística para atendimento das demandas da rede municipal de saúde**, conforme ordens de fornecimento emitidas pela Administração.

O não atendimento às especificações técnicas, sanitárias ou às condições contratuais poderá acarretar recusa do recebimento, glosa no pagamento, aplicação de sanções administrativas ou rescisão contratual, nos termos previstos no edital, no Termo de Referência e na legislação vigente.

A verificação dos requisitos de habilitação, bem como da adequação da proposta ao objeto contratado, será realizada com base em critérios objetivos, definidos no edital e no Termo de Referência, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

### 5.2. GARANTIA E MANUTENÇÃO

A contratada deverá garantir a qualidade, regularidade e conformidade dos materiais e insumos laboratoriais fornecidos durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos respectivos contratos dela decorrentes, responsabilizando-se pela correção imediata de quaisquer inconformidades identificadas no curso do fornecimento.

A garantia exigida compreende a substituição imediata, sem ônus adicional à Administração, de quaisquer materiais e insumos laboratoriais que apresentem defeitos, avarias, vícios aparentes ou ocultos, irregularidades sanitárias, divergência de especificação, validade inadequada ou qualquer condição que comprometa a segurança, a qualidade ou a confiabilidade dos exames laboratoriais.

Caso seja constatada irregularidade em qualquer item fornecido, a contratada deverá proceder à substituição do material no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação formal ou verbal por parte da fiscalização da Administração, salvo prazo diverso estabelecido no Termo de Referência, sem prejuízo da continuidade dos serviços laboratoriais e sem gerar ônus adicional ao contratante.

A contratada deverá assegurar capacidade logística e operacional para atendimento imediato das demandas de substituição, inclusive mantendo estoque compatível e meios adequados de transporte, de modo a evitar desabastecimento ou interrupção na realização de exames laboratoriais.

O descumprimento das condições de garantia, bem como a omissão quanto às providências corretivas exigidas, poderá ensejar a recusa do recebimento, glosa proporcional no pagamento, aplicação de sanções administrativas e, se for o caso, rescisão contratual por inadimplemento, nos termos previstos no edital, no Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021.

### 5.3. PRAZOS

#### 5.3.A) PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

A contratada deverá iniciar o fornecimento dos materiais e insumos laboratoriais no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento ou da assinatura do contrato/ata dela decorrente, conforme definido pela Administração.

O fornecimento dos materiais e insumos laboratoriais deverá ocorrer de forma contínua e regular durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, atendendo às demandas das Unidades Básicas de Saúde, do Hospital Municipal Luciana Martins Amorim e dos demais serviços de saúde do Município de Pedra Preta – MT.

Em situações emergenciais ou de risco iminente à saúde dos pacientes, devidamente caracterizadas pela Administração, a contratada deverá atender às solicitações no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, ou em prazo inferior quando expressamente justificado pela autoridade competente.

Os prazos estabelecidos neste item deverão ser rigorosamente cumpridos, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas no edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na Lei nº 14.133/2021.

#### 5.3.B) PRAZO DE ENTREGA OU DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O prazo para entrega do objeto será definido conforme a necessidade da Administração, mediante solicitação formal ou emissão de Ordem de Fornecimento, devendo a contratada realizar o fornecimento dos materiais e insumos laboratoriais de forma contínua, regular e ininterrupta durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

Para fornecimentos regulares e programados, o prazo máximo de entrega será de até 15 (quinze) dias, contados a partir da solicitação da unidade requisitante ou da emissão da Ordem de Fornecimento.

Em situações emergenciais, caracterizadas por risco à saúde ou à vida dos pacientes, devidamente justificadas pela Administração, o prazo máximo para atendimento será de até 24 (vinte e quatro) horas, ou em prazo inferior, quando expressamente determinado pela autoridade competente.

O descumprimento dos prazos estabelecidos sujeitará a contratada à aplicação das penalidades previstas na legislação vigente, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e no instrumento contratual.

## 6. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

### a) HABILITAÇÃO JURÍDICA.

a.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

a.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

a.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

a.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

a.5. Cópia documento pessoal dos sócios.

### B) Relativos à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

B.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

B.2. Certidão Conjunta de Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciária, podendo ser retirada no site: <https://www.gov.br/receitafederal>.

B.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;

B.4. Certidão de regularidade fiscal perante o Município de domicílio ou sede do licitante, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa.

B.5. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A mesma pode ser retirada no site: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br).



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

B.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida pela Justiça do Trabalho no site do Tribunal Superior do Trabalho – [www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br).

Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas, nos termos da lei de regência, para fins de comprovações fiscais e trabalhistas.

### **C) Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

C.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 02 (dois) exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprovem a boa situação financeira da empresa, conforme segue:

I. Empresas regidas pela Lei nº 6.404/1976 (sociedade anônima):

- publicados em Diário Oficial; ou
- publicados em jornal de grande circulação; ou
- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

II. Empresas por cota de responsabilidade limitada (LTDA), Empresa Individual, Eireli, Sociedades Simples e Empresas sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006 – Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte:

- cópia do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, extraídos do Livro Diário com o Termo de abertura e encerramento com o “Termo de Autenticação” da Junta Comercial, ou do Cartório, quando for o caso, da sede ou domicílio do licitante; ou
- cópia do Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado dos 02 (dois) últimos exercícios – DRE registrado na Junta Comercial, ou do Cartório, quando for o caso, da sede ou domicílio do licitante.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis por fotocópia do balanço de abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio dos licitantes.

Os documentos referentes ao Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

O balanço patrimonial, as demonstrações e o balanço de abertura deverão estar assinados por administrador da empresa e por contador legalmente habilitado.

Os tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital – ECD, consoante disposições contidas no Decreto nº 6.022/2007, regulamentado através da IN nº 2003/2021 da RFB e alterações, apresentarão documentos extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped na seguinte forma:

C.2. Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped, nos termos do Decreto nº 8.683/2016, desde que não haja indeferimento ou solicitação de providências.

C.3. Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped.

C.4. Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

C.5. A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações dos Balanços Patrimoniais, relativos aos 02 (dois) últimos exercícios, já exigíveis na forma da lei, sendo admitido para qualificação apenas resultados superiores a 1 (um) nos 02 (dois) exercícios exigidos:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5 % do valor total estimado da contratação.

C.6. Todas as formas societárias deverão apresentar Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou extrajudicial, no CNPJ da matriz, expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante;

C.6.1. Caso a certidão exigida acima seja emitida na forma POSITIVA para recuperação judicial, o licitante deverá comprovar, por meio de certidão emitida pela instância judicial competente, que o plano de recuperação foi aprovado em assembleia geral de credores e homologado pelo juiz, e que está sendo cumprido regularmente, demonstrando que a empresa está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

C.6.2. Se o documento exigido neste item não contiver indicação de data de validade, será considerada válida a certidão expedida em até 60 (sessenta) dias antes da data de abertura da licitação.

D. Qualificação técnica:

D.1. O licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito Público ou Privado, em nome da empresa licitante, em papel timbrado devidamente assinado e com identificação do emitente. O(s) Atestado(s) deverá(ão) comprovar a aptidão para o fornecimento de objeto com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente.

D.2. O licitante deverá apresentar Alvará Sanitário vigente, expedido pelo órgão de vigilância sanitária competente do domicílio ou sede da empresa, compatível com o ramo de atividade exercido e com o objeto da contratação.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

### 7. PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A Administração optou pelo parcelamento do objeto, com disputa e julgamento pelo critério de menor preço por item, nos termos do art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021.

A decisão fundamenta-se na constatação de que os itens integrantes da contratação — tais como materiais e insumos laboratoriais, reagentes, controles, materiais descartáveis, vidrarias, dispositivos e demais itens necessários à realização de exames laboratoriais e procedimentos diagnósticos — possuem características técnicas autônomas e funcionalidades independentes, podendo ser contratados separadamente sem prejuízo à continuidade, à segurança e à qualidade dos serviços de saúde prestados.

Além disso, o parcelamento:

- Amplia a competitividade, permitindo a participação de fornecedores especializados em linhas específicas de materiais e insumos laboratoriais;
- Favorece a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006 e o art. 4º, §1º, da Lei nº 14.133/2021;
- Reduz os riscos de sobrepreço, ao possibilitar a comparação direta de preços por item, assegurando maior transparência e vantajosidade para a Administração;
- Assegura economicidade e flexibilidade na execução contratual, permitindo que a Administração contrate apenas as quantidades efetivamente necessárias, conforme a demanda do Hospital Municipal, das Unidades Básicas de Saúde e dos serviços laboratoriais.

Ressalta-se que o parcelamento foi tecnicamente avaliado e considerado viável pela equipe de planejamento, não comprometendo a eficiência operacional do fornecimento dos materiais e insumos laboratoriais, estando em conformidade com os princípios da legalidade, competitividade, economicidade, continuidade do serviço público e vantajosidade da contratação pública.

### 8. PESQUISA DE PREÇO

A estimativa de preços da contratação será elaborada sob responsabilidade da Subsecretaria Municipal de Suprimentos, unidade formalmente designada para realizar as atividades de cotação, consolidação de dados mercadológicos e formação do preço de referência, conforme definido na estrutura organizacional da Administração Pública Municipal.

Para a apuração do valor estimado da contratação de materiais e insumos laboratoriais, serão utilizadas fontes múltiplas e metodologicamente compatíveis com o disposto no art. 23, §§1º e 2º da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal n. 80/2023, incluindo:

- Cotações diretas obtidas junto a empresas do setor, devidamente registradas e atualizadas;
- Atas de registro de preços vigentes de entes públicos, obtidas em plataformas oficiais como Comprasnet, TCE/MT, AMM/MT, e portais de transparência de prefeituras da região;
- Contratações similares já realizadas pelo próprio Município, especialmente em exercícios anteriores, cujos valores pagos estejam devidamente registrados no sistema contábil-financeiro oficial;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

- Sistema RADAR do Tribunal de Contas de Mato Grosso, caso haja itens compatíveis com o objeto em análise.

A estimativa será consolidada por meio de memória de cálculo formal, contendo a discriminação das fontes utilizadas, médias aritméticas, justificativas para eventual exclusão de outliers, e demais elementos necessários à transparência e controle externo.

## 9. MODELO DE EXECUÇÃO

A presente contratação será executada sob demanda, mediante fornecimento parcelado, conforme ordens de fornecimento específicas expedidas pela Administração, de acordo com as necessidades identificadas pelas unidades de saúde, serviços laboratoriais e demais órgãos requisitantes do Município.

O fornecimento dos materiais e insumos laboratoriais ocorrerá de forma não contínua, condicionado à solicitação expressa da Administração, no âmbito do Sistema de Registro de Preços (SRP), sendo vedada qualquer exigência de contratação mínima, exclusiva ou obrigatória por parte da Administração em favor da contratada.

As ordens de fornecimento serão emitidas com antecedência compatível com a urgência e a natureza da demanda, contendo, no mínimo:

- Local de entrega (laboratório, unidade de saúde, almoxarifado central ou outro indicado);
- Descrição dos materiais e insumos laboratoriais demandados;
- Quantidades solicitadas;
- Prazo máximo para entrega;
- Condições específicas de acondicionamento, quando aplicável.

A contratada deverá, a partir da emissão da ordem de fornecimento, providenciar todos os meios necessários para o atendimento integral da demanda, incluindo separação, acondicionamento, transporte e entrega dos materiais, observando rigorosamente as normas sanitárias, técnicas e contratuais, sem ônus adicional para a Administração.

O fornecimento será considerado regularmente executado após a entrega dos materiais no local indicado, acompanhada da respectiva documentação fiscal, e após a verificação da conformidade quantitativa, qualitativa e sanitária, devidamente atestada pela fiscalização da Administração.

O modelo de execução adotado assegura à Administração flexibilidade operacional, continuidade do abastecimento, controle dos gastos públicos e observância do princípio da eficiência, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

## 10. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

Após análise da natureza do objeto e da demanda prevista para o fornecimento de materiais e insumos laboratoriais, optou-se pela adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do art. 82 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, como a forma mais eficiente e vantajosa para a Administração Pública Municipal.

A decisão fundamenta-se nos seguintes aspectos técnicos e jurídicos:

- Natureza variável e não contínua da demanda: o consumo de materiais e insumos laboratoriais está sujeito a oscilações decorrentes de fatores assistenciais, epidemiológicos e operacionais, tornando inviável a previsão exata das quantidades a serem adquiridas e antieconômica a contratação com quantitativos fixos;
- Necessidade de resposta célere e padronizada: o Sistema de Registro de Preços (SRP) possibilita à Administração atender de forma ágil e regular às unidades de saúde, serviços laboratoriais e demais Secretarias demandantes, sem a necessidade de instauração de múltiplos procedimentos licitatórios, assegurando a padronização dos produtos e a continuidade do abastecimento;
- Flexibilidade e racionalidade orçamentária: por meio do SRP, o Município realiza contratações conforme a necessidade efetiva e a disponibilidade orçamentária, evitando compromissos financeiros antecipados e promovendo maior controle fiscal e planejamento por demanda;
- Eficiência administrativa: o modelo permite a seleção prévia de fornecedores, com preços registrados e condições padronizadas, viabilizando contratações por menor preço unitário e garantindo eficiência na gestão contratual.

A escolha dessa sistemática está alinhada aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade, proporcionalidade e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como às orientações dos órgãos de controle e às diretrizes da Administração Pública quanto à utilização do Sistema de Registro de Preços para objetos de demanda frequente, porém incerta e intermitente.

A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se a alternativa mais adequada para a Administração Municipal, pois permite a aquisição dos materiais e insumos laboratoriais conforme a demanda real, reduzindo riscos de desabastecimento, vencimento de produtos e desperdício de recursos públicos.

Os principais benefícios desse modelo são:

- Maior economicidade, ao possibilitar aquisições sob demanda, evitando estoques excessivos e perdas por vencimento;
- Flexibilidade e agilidade, garantindo rapidez no atendimento às necessidades diagnósticas e assistenciais, inclusive em situações emergenciais;
- Padronização e qualidade, assegurando a aquisição de materiais compatíveis com os protocolos laboratoriais e exigências sanitárias;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

- Continuidade do atendimento em saúde, viabilizando o abastecimento regular dos serviços laboratoriais e das unidades de saúde ao longo do exercício, em benefício da população.

## 11. JUSTIFICATIVA DE ESCOLHA DA MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO

Considerando a natureza do objeto a ser contratado — aquisição de materiais e insumos laboratoriais de uso comum, destinados ao atendimento das unidades de saúde, serviços laboratoriais e demais órgãos do Município —, verifica-se que os critérios de qualidade, desempenho, especificações técnicas e condições de fornecimento podem ser objetivamente definidos e padronizados, com base em normas técnicas, sanitárias e regulatórias aplicáveis.

Dessa forma, adota-se a modalidade Pregão, na forma eletrônica, por se tratar de objeto comum, cuja disputa será realizada com base no critério de julgamento do menor preço, em conformidade com o art. 28, inciso I, e art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, sendo plenamente aplicável a sistemática competitiva da modalidade.

A utilização do meio eletrônico (Pregão Eletrônico) assegura ampla competitividade, isonomia entre os licitantes, transparência dos atos, celeridade processual e eficiência na gestão pública, além de possibilitar maior alcance de fornecedores devidamente habilitados técnica e sanitariamente para o fornecimento dos materiais e insumos laboratoriais.

Assim, a escolha da modalidade Pregão Eletrônico encontra-se tecnicamente fundamentada, legalmente adequada e alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, publicidade, competitividade e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

## 12. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

Para fins de aceitabilidade, serão desclassificadas as propostas que apresentarem:

- a) Preços manifestamente inexequíveis, nos termos do art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021;
- b) Preços unitários superiores aos estimados pela Administração Pública, conforme valor de referência apurado na fase de planejamento da contratação;
- c) Produtos com especificações técnicas divergentes daquelas exigidas neste Termo de Referência, inclusive quanto à qualidade, apresentação, composição, registro sanitário e demais requisitos técnicos aplicáveis;
- d) Propostas que não apresentem clareza, que contenham informações incompletas, inconsistentes ou que estejam em desconformidade com os elementos técnicos, comerciais e administrativos exigidos;
- e) A Administração poderá solicitar esclarecimentos, documentos complementares ou comprovações que entender necessárias para aferição da exequibilidade e da conformidade da proposta, podendo, inclusive, promover diligências junto ao proponente, conforme previsto no art. 64 da Lei nº 14.133/2021;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

f) A aceitação da proposta não exime a licitante da responsabilidade pelo cumprimento integral das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e na legislação vigente, inclusive quanto à qualidade, prazos e demais obrigações contratuais.

## 13. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO – MENOR PREÇO POR ITEM

O critério de julgamento adotado será o de menor preço por item, conforme previsão expressa neste Termo de Referência e nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, considerando-se vencedora, para cada item, a proposta classificada que apresentar:

I – O menor valor unitário, desde que compatível com os preços praticados no mercado e com as especificações técnicas, sanitárias e operacionais exigidas neste Termo de Referência e no edital;

II – Atendimento integral aos requisitos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira, técnica e sanitária, bem como à conformidade do produto ofertado com o objeto da contratação.

A adjudicação será realizada por item, facultando-se à Administração a contratação de fornecedores distintos para itens diferentes, desde que observada a vantajosidade da proposta, o interesse público e a conveniência administrativa.

## 14. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP

Em cumprimento ao disposto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, especialmente em seu art. 48, a Administração Pública realizou a devida análise quanto à possibilidade de adoção das medidas de tratamento diferenciado às microempresas (MEs), empresas de pequeno porte (EPPs) e microempreendedores individuais (MEIs) no presente certame.

No entanto, com base nos levantamentos mercadológicos, nas características técnicas do objeto – aquisição de materiais e insumos laboratoriais - e no interesse público vinculado à eficiência e economicidade da contratação, entendeu-se, de forma motivada, pela inviabilidade de aplicação das disposições constantes nos incisos I e III do art. 48 da LC nº 123/2006, que tratam, respectivamente, da:

- destinação exclusiva de lotes para MEs e EPPs, no caso de licitações com valor estimado até R\$ 80.000,00;
- e da reserva de cota de 25% do objeto para contratação preferencial de MEs e EPPs, em itens divisíveis com valor superior a esse limite.

A decisão fundamenta-se nos seguintes elementos técnicos e jurídicos:

### 1. Inviabilidade técnica da divisão do objeto

A natureza dos materiais e insumos laboratoriais licitados exige padronização, compatibilidade técnica, continuidade no fornecimento e uniformidade de qualidade, de modo que a fragmentação da contratação poderia comprometer a confiabilidade dos resultados laboratoriais, a segurança sanitária, a gestão de estoques e a eficiência operacional, além de potencialmente elevar o custo global da contratação.

### 2. Risco de inexecução contratual e desabastecimento



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

Experiências pretéritas demonstraram que a fragmentação do fornecimento entre múltiplos fornecedores de pequeno porte pode resultar em atrasos, entregas incompletas, descontinuidade no abastecimento e dificuldades de gerenciamento contratual, o que se mostra incompatível com a criticidade do objeto e com a necessidade de funcionamento contínuo dos serviços laboratoriais e das unidades de saúde.

### 3. Insuficiência de mercado capacitado para atendimento integral

A pesquisa de mercado identificou que, embora existam MEs e EPPs atuantes no segmento de insumos laboratoriais, nem todas reúnem, de forma simultânea, as condições técnicas, sanitárias, operacionais e logísticas necessárias para atender, de maneira plena e satisfatória, a totalidade ou parcelas do objeto licitado, especialmente quanto à regularidade de fornecimento, rastreabilidade dos produtos e cumprimento de prazos.

### 4. Observância aos princípios da eficiência, isonomia e vantajosidade

A aplicação indiscriminada dos mecanismos de favorecimento, quando dissociada da realidade do mercado e das exigências técnicas do objeto, pode comprometer a eficiência administrativa, a isonomia entre os licitantes e a obtenção da proposta mais vantajosa, em afronta aos princípios que regem a Administração Pública.

Dessa forma, a Administração optou por aplicar apenas os dispositivos compatíveis com o presente certame, quais sejam:

- Empate ficto (art. 44 da LC nº 123/2006), assegurando o direito de preferência às MEs, EPPs e MEIs que apresentarem propostas até 5% (cinco por cento) superiores à melhor classificada;
- Concessão de prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da LC nº 123/2006.

As medidas adotadas asseguram o equilíbrio entre o estímulo ao desenvolvimento econômico local e a preservação do interesse público, sem prejuízo da competitividade, da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

## 15. SUBCONTRATAÇÃO – VEDAÇÃO

É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, de forma direta ou indireta, sob qualquer pretexto, devendo o fornecimento dos materiais e insumos laboratoriais ser realizado exclusivamente pela empresa contratada, com utilização de estrutura operacional própria ou regularmente vinculada, ficando vedada a cessão, transferência ou terceirização das obrigações assumidas, salvo autorização expressa e devidamente fundamentada da Administração, nas hipóteses legalmente admitidas.

O descumprimento do disposto nesta cláusula poderá ensejar a rescisão contratual por inexecução total ou parcial, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, previstas na legislação vigente e neste instrumento.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

## 16. OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

A contratada deverá cumprir integralmente as seguintes obrigações, sem prejuízo de outras eventualmente previstas no edital, na Ata de Registro de Preços, no contrato ou na legislação aplicável:

I – Fornecer os materiais e insumos laboratoriais conforme as ordens de fornecimento emitidas pela Administração, observando rigorosamente os prazos, especificações técnicas, locais de entrega e quantidades estabelecidas;

II – Providenciar o acondicionamento, transporte e entrega dos materiais em condições adequadas, garantindo a integridade física, química e sanitária dos produtos, de acordo com as normas técnicas, sanitárias e orientações do fabricante;

III – Assegurar que os produtos fornecidos sejam novos, de primeiro uso, em embalagens originais, íntegras e devidamente identificadas, contendo informações de lote, validade, fabricante e registro na ANVISA, quando aplicável;

IV – Manter estrutura logística e operacional compatível com o objeto da contratação, de modo a garantir o fornecimento contínuo e regular dos materiais, inclusive em situações de reposição, substituição ou atendimento emergencial;

V – Responsabilizar-se integralmente por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e logísticos decorrentes da execução contratual, isentando a Administração de qualquer vínculo ou ônus;

VI – Obedecer às normas técnicas aplicáveis (ABNT), às normas sanitárias vigentes, às boas práticas de armazenamento e transporte e às exigências dos órgãos de fiscalização competentes, especialmente da Vigilância Sanitária e da ANVISA;

VII – Garantir a rastreabilidade, qualidade e segurança dos materiais fornecidos, responsabilizando-se por quaisquer danos decorrentes de vícios, defeitos, irregularidades ou não conformidades identificadas;

VIII – Comunicar imediatamente à Administração qualquer fato superveniente que possa comprometer o cumprimento das obrigações assumidas ou a regularidade do fornecimento;

IX – Substituir, às suas expensas e no menor prazo possível, quaisquer materiais ou insumos que apresentem defeitos, avarias, irregularidades sanitárias, divergências em relação às especificações contratuais ou prazo de validade inferior ao exigido;

X – Manter atualizados seus dados cadastrais, contatos e meios de comunicação junto à Administração durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes.

A contratada não poderá utilizar o contrato ou a Ata de Registro de Preços para assumir obrigações perante terceiros, oferecê-los como garantia, nem ceder, transferir ou negociar os direitos creditórios decorrentes da execução contratual, inclusive em operações de desconto bancário ou similares, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Pedra Preta-MT, sob pena de



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

caracterização de descumprimento contratual, sujeitando-se às penalidades previstas, inclusive à rescisão de pleno direito.

## 17. OBRIGAÇÃO DO CONTRATANTE

Constituem obrigações da Administração Pública contratante:

I – Emitir, com antecedência mínima estabelecida neste instrumento, as ordens de fornecimento, contendo todas as informações necessárias à execução do objeto, tais como: especificação dos materiais e insumos laboratoriais, quantitativos, local de entrega, prazos, forma de acondicionamento e demais condições pertinentes;

II – Disponibilizar à contratada condições adequadas para o recebimento e conferência dos materiais, garantindo acesso ao local de entrega nos dias e horários previamente definidos;

III – Designar servidor ou comissão para exercer a fiscalização contratual, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, com competência para acompanhar, verificar, registrar e atestar a conformidade dos materiais entregues em relação às especificações técnicas, quantitativos e condições exigidas;

IV – Fornecer à contratada todas as informações técnicas necessárias à correta execução do objeto, incluindo padrões de qualidade, exigências sanitárias, prazos e locais de entrega;

V – Proceder à verificação, conferência e atesto do recebimento dos materiais, comunicando formalmente à contratadas quaisquer irregularidades, desconformidades ou não conformidades identificadas;

VI – Efetuar os pagamentos devidos nos prazos e condições estabelecidos no contrato, após o recebimento definitivo dos materiais, mediante apresentação de nota fiscal válida e da documentação exigida;

VII – Aplicar, quando cabível, as sanções administrativas previstas na legislação vigente e no instrumento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

VIII – Garantir à contratada o acesso prévio ao edital, à Ata de Registro de Preços (quando aplicável), às ordens de fornecimento e aos demais documentos necessários à adequada execução contratual.

A Prefeitura Municipal de Pedra Preta-MT não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, nem por danos causados a terceiros decorrentes de atos praticados pela contratada, seus empregados, prepostos ou representantes.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

A contratada não poderá utilizar o contrato ou a Ata de Registro de Preços como garantia para assumir obrigações perante terceiros, nem ceder ou utilizar créditos dele decorrentes em operações financeiras, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Pedra Preta-MT, sob pena de caracterização de infração contratual, passível de rescisão e aplicação das penalidades cabíveis.

## 18. CONTROLE DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que atuará(ão), conforme o caso, como fiscal técnico, fiscal administrativo e fiscal requisitante, observadas as atribuições específicas de cada função.

Compete ao(s) fiscal(is) do contrato:

I – Acompanhar, monitorar e registrar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, com especial atenção à conformidade técnica, qualidade, validade, integridade, acondicionamento, rotulagem e procedência dos materiais e insumos laboratoriais fornecidos, bem como ao atendimento dos prazos e condições estabelecidos nas ordens de fornecimento;

II – Recusar o recebimento e solicitar a substituição imediata de materiais ou insumos laboratoriais que apresentem defeitos, avarias, inconformidades com as especificações técnicas, prazos de validade inadequados, irregularidades sanitárias ou qualquer condição que comprometa a segurança, eficácia, confiabilidade dos resultados ou rastreabilidade do produto;

III – Lavrar registros de ocorrências, manter documentação comprobatória das etapas de fornecimento e instruir, quando necessário, processos administrativos para apuração de responsabilidades e aplicação de sanções;

IV – Atuar de forma preventiva na identificação de riscos, comunicando tempestivamente à autoridade competente quaisquer irregularidades, falhas, atrasos ou descumprimentos contratuais verificados;

V – Atestar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, quando atendidas todas as exigências contratuais, técnicas, sanitárias e legais, como condição indispensável para a liquidação da despesa e realização do pagamento.

A contratada deverá acatar integralmente as orientações e determinações do(s) fiscal(is), mantendo comunicação permanente e tempestiva com a Administração durante toda a vigência contratual.

O descumprimento das determinações legítimas da fiscalização ou das obrigações contratuais poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na legislação vigente, no edital e no contrato, inclusive a rescisão contratual por inexecução, observado o devido processo legal.

## 19. CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA

Os materiais e insumos hospitalares objeto deste Termo de Referência serão fornecidos sob demanda, em toda a circunscrição do Município, conforme as ordens de fornecimento emitidas pela Administração.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

A contratada deverá realizar a entrega dos materiais exclusivamente no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde de Pedra Preta-MT, no endereço a ser informado na Ordem de Fornecimento, ficando vedada a entrega em locais diversos, salvo quando expressamente autorizado pela Administração.

As condições de entrega incluem:

I – Pontualidade no cumprimento dos prazos estabelecidos nas ordens de fornecimento, observando datas, horários e cronogramas definidos pela Administração;

II – Adequação das condições de transporte, acondicionamento e manuseio dos materiais e insumos hospitalares, garantindo a integridade física, qualidade, segurança e conformidade com as normas sanitárias e técnicas aplicáveis;

III – Compatibilidade dos produtos entregues com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, no edital e na proposta vencedora, incluindo marca, apresentação, lote, validade mínima e demais requisitos exigidos;

IV – Responsabilidade integral da contratada pelo transporte, descarga e entrega dos materiais, arcando com todos os custos, riscos e providências necessárias, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

O descumprimento das condições acima poderá ensejar a recusa do recebimento, aplicação de glosas proporcionais, penalidades administrativas e, se for o caso, rescisão contratual, conforme previsto neste instrumento, no edital e na legislação vigente.

## 20. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado com base no fornecimento efetivamente realizado e no atesto da fiscalização designada, em conformidade com as ordens de fornecimento, o contrato celebrado e/ou a Ata de Registro de Preços, quando aplicável.

A aferição para fins de pagamento considerará:

I – A correspondência entre os materiais e insumos laboratoriais entregues e os itens constantes da ordem de fornecimento e da proposta adjudicada;

II – A conformidade técnica dos produtos fornecidos, incluindo especificações, marca, apresentação, lote, validade mínima, integridade das embalagens e atendimento às normas sanitárias vigentes;

III – O cumprimento dos prazos de entrega estabelecidos pela Administração;

IV – A apresentação de nota fiscal eletrônica correspondente ao fornecimento efetivamente realizado, devidamente acompanhada da documentação exigida no contrato.

O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data do atesto definitivo da nota fiscal pela fiscalização, condicionado a:

- Regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, quando exigido;
- Ausência de pendências documentais ou de sanções administrativas que impeçam o pagamento.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

Em caso de erro na nota fiscal, divergência de quantitativos ou inconformidade no fornecimento, o prazo de pagamento ficará suspenso até a devida regularização, sem incidência de juros, correção monetária ou quaisquer encargos à Administração.

A contratada não fará jus a qualquer pagamento por materiais ou insumos laboratoriais que não tenham sido formalmente solicitados pela Administração por meio de ordem de fornecimento, ou que tenham sido entregues em desacordo com este Termo de Referência, com o edital ou com o instrumento contratual.

## 21. REAJUSTE

Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis durante os primeiros 12 (doze) meses de vigência contratual, contados da data da apresentação da proposta ou do orçamento estimado que tiver servido de base para a licitação, conforme dispõe o art. 134 da Lei nº 14.133/2021.

Decorrido esse período, será admitido o reajuste anual dos preços, mediante aplicação do índice estabelecido no edital e no contrato, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, nos termos do art. 134 da Lei nº 14.133/2021.

O reajuste será processado mediante requerimento formal da contratada, devidamente instruído com planilha de readequação dos preços, e sua concessão ficará condicionada à análise técnica e à anuência expressa da Administração, por meio da unidade competente.

O eventual atraso no protocolo do pedido de reajuste não ensejará efeito retroativo automático, salvo nos casos em que fique comprovada omissão administrativa, e desde que haja autorização expressa, nos termos da legislação vigente.

Permanecem asseguradas à contratada as hipóteses de revisão contratual decorrentes de fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente comprovadas, instruídas e aprovadas pela autoridade competente.

## 22. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, razão pela qual não se exige a imediata disponibilidade de saldo orçamentário nesta fase, contudo, a despesa está prevista no orçamento vigente, vinculada à orçamentária 474, 494, 514, 525, 534, 546, 561, 589, 591, 593, 602, 604, 605, 615, 634 da Secretaria Municipal de Saúde.

A reserva e o empenho dos valores ocorrerão por ocasião das ordens de fornecimento, conforme as demandas forem formalmente autorizadas pela Administração.

## 23. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada sujeitará a empresa às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

contraditório e a ampla defesa, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a natureza e a gravidade da infração.

Poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

I – Advertência, nos casos de infrações de menor gravidade, de caráter formal, não reiteradas e que não acarretem prejuízo direto à execução do objeto;

II – Multa, conforme valores e percentuais definidos no contrato ou na Ata de Registro de Preços, aplicável nos casos de mora na entrega, falha parcial no fornecimento, descumprimento de obrigações acessórias ou fornecimento em desconformidade com as especificações técnicas;

III – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos, nas hipóteses de inexecução grave, fraude na execução contratual ou prática de atos lesivos ao interesse público;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos casos de condutas dolosas que resultem em dano grave à Administração ou atentem contra a moralidade pública, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, sendo descontada dos pagamentos devidos ou, quando insuficientes, cobrada administrativa ou judicialmente.

Constituem exemplos de infrações contratuais, sem prejuízo de outras previstas em lei, no edital ou no contrato:

- Atraso injustificado na entrega dos materiais ou insumos laboratoriais;
- Entrega de produtos em desacordo com as especificações técnicas, marcas, apresentações ou quantitativos contratados;
- Fornecimento de materiais com prazo de validade inferior ao exigido;
- Entrega de produtos com avarias, embalagens violadas ou inadequadas;
- Substituição indevida de itens sem prévia autorização da Administração;
- Descumprimento das condições de transporte, acondicionamento ou das normas sanitárias aplicáveis.

As penalidades aplicadas serão registradas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e nos demais cadastros exigidos pela legislação vigente, com efeitos nacionais, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

### 24. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

Conduziram as pesquisas e estudos destinados a elaboração do presente TERMO DE REFERÊNCIA a servidora Nábila Fernanda da SILVA ocupante do cargo de Farmacêutica vinculado à Secretaria de Saúde, iniciando a pesquisa a partir do Documento de Oficialização de Demanda n. 006/2026 e do Estudo Técnico Preliminar n.006/2026.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

## ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO Nº XX/2026**, PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026, QUE ENTRE SI, CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA ESTADO DE MATO GROSSO E A EMPRESA XXXXXXXX, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA.

**O MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Avenida Fernando Corrêa da Costa, nº 940, Centro, Pedra Preta/MT, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.773.942/0001-09, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, Sr<sup>a</sup>. **JÉSSICA DAMACENA**, brasileira, casada, inscrita no RG sob o nº 15xx490-6 SSP/MT e no CPF 004.xxx.911-69, residente e domiciliada na Rua Presidente Médice, nº 1430 – Centro – Pedra Preta – MT, CEP 78795-000, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado a Empresa (...), doravante denominada simplesmente **CONTRATADO**, localizada à (...), inscrita no CNPJ sob o nº (...), neste ato representada por (...), conforme autorização nos atos constitutivos da empresa, portador do RG nº (...) e do CPF nº (...), considerando o conteúdo do processo nº(...), resolvem celebrar o presente contrato, que será regido por suas cláusulas, pelos preceitos de direito público, pela Lei nº 14.133/2021, Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), no que couber, assim como, supletivamente, pelos Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a aquisição de materiais e insumos laboratoriais, destinados ao atendimento das demandas do Hospital Municipal Luciana Martins Amorim e das Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Município de Pedra Preta – MT.

**1.2.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: (a) o Edital do Pregão; (b) o Termo de Referência; (c) a proposta do Contratado;

### CLÁUSULA SEGUNDA - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E PREÇO

**2.1.** Os preços do objeto contratado são os obtidos no certame licitatório, abaixo indicados, nas quais estão incluídas todas as despesas necessárias à sua execução (tributos, seguros, encargos sociais, etc.)

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MARCA /FABRICANTE /MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

### CLÁUSULA TERCEIRA - CASOS OMISSOS



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

**3.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, demais normas municipais de licitações e contratos administrativos e, supletivamente as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, normas e Princípios Gerais dos Contratos e disposições do direito privado.

## CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

**4.1.** O prazo de vigência deste termo de contrato é de 12 (doze) meses, contados da assinatura deste Termo.

**4.2.** A(s) prorrogação(ões) do(s) prazo(s) de vigência do contrato deve(m) ser instrumentalizada(s) através de aditivo contratual, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133/2021.

## CLÁUSULA QUINTA - PRAZO DE EXECUÇÃO

**5.1.** As demais normas pertinentes ao regime de execução contratual, assim como prazos e condições de recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## CLÁUSULA SEXTA - RECEBIMENTO DO OBJETO

**6.1.** O recebimento do objeto deste contrato ocorrerá de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência.

**6.2.** Os bens descritos neste contrato serão recebidos pelo fiscal do contrato provisoriamente no ato da entrega do bem após a conferência simplificada do bem e da quantidade.

**6.3.** No ato da entrega dos bens, o Contratado deverá apresentar Documento Auxiliar da NF-e (DANFE) ou Nota Fiscal.

**6.4.** Ao receber os bens provisoriamente, o fiscal do contrato elaborará Relatório, para efeito de posterior verificação detalhada da conformidade do material com a especificação contratual.

**6.5.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos ou reparados, conforme o caso, no prazo de 02(dias) dias úteis, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da possível aplicação das penalidades.

**6.6.** O prazo para substituir ou reparar os bens entregues inicialmente poderá ser prorrogado uma vez por decisão da contratante, mediante requerimento justificado do Contratado.

**6.7.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material.

**6.8.** O recebimento definitivo se materializa com a aposição de assinatura e carimbo, ou assinatura eletrônica, pelo responsável na Nota Fiscal ou em documento equivalente.

**6.9.** O responsável pelo recebimento definitivo deverá elaborar termo detalhado, no qual deverão constar os procedimentos adotados durante o recebimento provisório e definitivo.

**6.10.** O prazo para recebimento definitivo dos bens pela contratante poderá ser excepcionalmente prorrogado uma única vez, de forma expressa e justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**6.11.** Não havendo o saneamento das irregularidades pelo contratado, deverá o fiscal do contrato:

**6.11.1.** Dar início ao procedimento de apuração de irregularidade contratual.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

**6.11.2.** Havendo necessidade e utilidade na aquisição parcial, poderá o fiscal do contrato receber provisoriamente o objeto contratual executado parcialmente, devendo observar o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando a empresa para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de recebimento definitivo, liquidação e pagamento.

## CLÁUSULA SÉTIMA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**7.1.** As regras acerca das condições de pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência.

**7.2.** O pagamento será efetuado pelo contratante em favor do contratado em até 30 dias, mediante ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do contratante.

**7.2.2.** O(s) pagamento(s) não realizado(s) dentro do prazo por eventos decorrentes do contratado, não será(ão) gerador(es) de direito a qualquer acréscimo financeiro;

**7.3.** O pagamento será efetuado de acordo com a execução da entrega do objeto, mediante a emissão da respectiva nota fiscal que deverá estar devidamente atestada pela Gerência responsável e/ou pela fiscalização do contrato (indicada pela autoridade competente por meio de portaria) e acompanhada dos certificados de Regularidade Fiscal perante o Estado de Mato Grosso, bem como perante a Fazenda Pública do município do domicílio ou sede do contratado, obedecendo aos prazos estabelecidos no Decreto Orçamentário vigente.

**7.4.** O contratado deverá indicar no corpo da nota fiscal, o número do contrato, nome do banco, agência e número da conta corrente onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

**7.5.** Não será efetuado pagamento de nota pendente de adimplemento por parte do contratado.

**7.6.** Caso o objeto tenha sido recebido parcialmente, o pagamento da nota deverá ser equivalente apenas ao objeto recebido definitivamente, ou seja, somente quanto à parcela incontroversa.

**7.7.** As notas fiscais a serem pagas poderão sofrer desconto devido à aplicação das glosas e multas aplicadas previstas neste contrato.

**7.8.** Constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, o fornecedor será notificado, sendo devolvidas as notas fiscais/faturas para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

**7.09.** Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações vinculadas ao serviço contratado, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia, nem implicará aceitação definitiva dos mesmos.

**7.10.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças, serão de responsabilidade do contratado.

**7.11.** Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas à prestação de entrega do objeto deste contrato.

**7.12.** Os pagamentos não realizados dentro do prazo, por eventos decorrentes motivados pela do contratado, não serão geradores de direito à correção de preços.

**7.13.** Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o contratado:

**7.14.** Não produziu os resultados acordados;

**7.15.** Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

**7.16.** Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

**7.17.** O contratante efetuará retenção na fonte de todos os tributos inerentes ao contrato em questão.

**7.18.** Na hipótese de fatos impeditivos do pagamento decorrentes de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a interrupção destes fatos.

**7.19.** O pagamento será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

**7.19.1.** Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicílio do credor e do Estado de Mato Grosso, abrangendo inclusive débitos inscritos em dívida ativa;

**7.19.2.** Prova de regularidade junto à Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria-Geral do Estado da sede ou domicílio do credor e do Estado de Mato Grosso;

**7.19.3.** Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, em plena validade e relativa ao contratado;

**7.19.4.** Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

**7.19.5.** Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal da sede ou domicílio do credor.

## CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE

**8.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de um ano contado da data da sessão do pregão.

**8.2.** Após o intervalo de um ano, os preços iniciais serão reajustados, a requerimento do contratado e depois de transcorrido um ano da data do orçamento estimado, por meio da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

**8.3.** Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação do contratado, acompanhada de memorial do cálculo.

**8.4.** Independentemente do requerimento de reajuste formulado pelo contratado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

**8.5.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**8.6.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**8.7.** A prorrogação contratual sem a solicitação do reajuste implica a preclusão deste, sem prejuízo dos futuros reajustes nos termos pactuados.

**8.8.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**8.9.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**8.10.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## CLÁUSULA NONA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

**9.1.** O(s) recurso(s) para pagamento do(s) produto(s) será(ão) da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

FICHA: 474

011101 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

04 Administração

04 122 Administração Geral

04 122 0005 GESTÃO DO SUS

04 122 0005 2023 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE

3.3.90.30.00 Material de Consumo

3.1.500 001.001 Recursos Próprios do Município

FICHA: 494

011101 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

10 Saúde

10 301 Atenção Básica

10 301 0006 ATENÇÃO BÁSICA A TODOS

10 301 0006 2058 0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A ATENÇÃO BÁSICA

3.3.90.30.00 Material de Consumo

3.1.500 300.201 Recurso da Saúde - 15%

FICHA 514

011101 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

10 Saúde

10 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial

10 302 0007 REDE HOSPITALAR

10 302 0007 2061 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL

MUNICIPAL

3.3.90.30.00 Material de Consumo

3.1.500 300.201 Recurso da Saúde - 15%

FICHA: 520

011101 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

10 Saúde

10 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial

10 302 0007 REDE HOSPITALAR

10 302 0007 2061 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL

MUNICIPAL

4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente

3.1.500 300.201 Recurso da Saúde - 15%



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

FICHA: 525

011101 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

10 Saúde  
10 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
10 302 0007 REDE HOSPITALAR  
10 302 0007 2062 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CAPS  
3.3.90.30.00 Material de Consumo  
3.1.500 300.201 Recurso da Saúde - 15%

FICHA: 534

011101 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

10 Saúde  
10 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
10 302 0007 REDE HOSPITALAR  
10 302 0007 2063 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE REABILITAÇÃO  
3.3.90.30.00 Material de Consumo  
3.1.500 300.201 Recurso da Saúde - 15%

FICHA: 546

011101 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

10 Saúde  
10 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
10 302 0007 REDE HOSPITALAR  
10 302 0007 2064 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO LABORATÓRIO  
546 3.3.90.30.00 Material de Consumo 36.191,00 0,00 0,00 36.191,00  
3.1.500 300.201 Recurso da Saúde - 15%

FICHA: 561

011101 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

10 Saúde  
10 305 Vigilância Epidemiológica  
10 305 0008 SAÚDE VIGILANTE  
10 305 0008 2077 0000 MANTER ENCARGOS COM PROGRAMAS DE VIGILÂNCIA  
561 3.3.90.30.00 Material de Consumo 25.000,00 0,00 0,00 25.000,00  
3.1.500 300.201 Recurso da Saúde - 15%

FICHA: 589

01 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

011102 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10 Saúde  
10 301 Atenção Básica





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

10 301 0006 ATENÇÃO BÁSICA A TODOS  
10 301 0006 3042 0000 REGIONALIZAÇÃO DE ATENÇÃO EM SAÚDE -  
ESTADUAL  
3.3.90.30.00 Material de Consumo  
3.1.621 300.202 Recursos de Convênios e Programas da Saúde

FICHA: 591

01 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE  
011102 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
10 Saúde  
10 301 Atenção Básica  
10 301 0006 ATENÇÃO BÁSICA A TODOS  
10 301 0006 3045 0000 INCENTIVO PARA AÇÕES ESTRATÉGICAS - FEDERAL  
3.3.90.30.00 Material de Consumo  
3.1.600 300.202 Recursos de Convênios e Programas da Saúde

FICHA: 593

01 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE  
011102 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
10 Saúde  
10 301 Atenção Básica  
10 301 0006 ATENÇÃO BÁSICA A TODOS  
10 301 0006 3046 0000 INCENTIVO FINANCEIRO DA APS-DESEMPENHO -  
FEDERAL  
3.3.90.30.00 Material de Consumo  
3.1.600 300.202 Recursos de Convênios e Programas da Saúde

Ficha: 602

01 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE  
011102 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
10 Saúde  
10 301 Atenção Básica  
10 301 0006 ATENÇÃO BÁSICA A TODOS  
10 301 0006 3048 0000 IMPLEMENTAÇÃO DE POLITICAS PARA A REDE  
ALYNE  
3.3.90.30.00 Material de Consumo  
3.1.600 300.202 Recursos de Convênios e Programas da Saúde

FICHA: 604

01 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE  
011102 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
10 Saúde  
10 301 Atenção Básica



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

10 301 0023 ASSISTENCIA FARMACEUTICA  
10 301 0023 3043 0000 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA ATENÇÃO BÁSICA  
- ESTADUAL  
3.3.90.30.00 Material de Consumo  
3.1.621 300.202 Recursos de Convênios e Programas da Saúde

FICHA: 605

01 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE  
011102 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
10 Saúde  
10 301 Atenção Básica  
10 301 0023 ASSISTENCIA FARMACEUTICA  
10 301 0023 3050 0000 PROMOÇÃO

ASSIST.FARM.INSUMOS.EST.AT.PRIM.SAÚDE - FEDERAL

3.3.90.30.00 Material de Consumo  
3.1.600 300.202 Recursos de Convênios e Programas da Saúde

FICHA: 615

01 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE  
011102 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
10 Saúde  
10 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
10 302 0005 GESTÃO DO SUS  
10 302 0005 2045 0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDO DA

SAÚDE

3.3.90.30.00 Material de Consumo  
3.1.500 300.201 Recurso da Saúde - 15%

FICHA: 634

01 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE  
011102 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
10 Saúde  
10 304 Vigilância Sanitária  
10 304 0021 VIGILANCIA SANITARIA  
10 304 0021 3053 0000 INCENTIVO FINANCEIRO VIG.SAÚDE-DESPESAS

DIVERSAS - FEDERAL

3.3.90.30.00 Material de Consumo  
3.1.600 300.202 Recursos de Convênios e Programas da Saúde

**9.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

**10.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**11.1.** Designar, servidor(es) ao qual(is) caberá(ão) a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do Contrato, conforme legislação vigente.

**11.2.** Fornecer ao contratado todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto contratado, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes do contratado em suas dependências, desde que observadas as normas de segurança.

**11.3.** Avaliar a qualidade do, podendo rejeitá-los no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com as obrigações assumidas.

**11.4.** Notificar o contratado sobre qualquer alteração ou possíveis irregularidades ou imperfeições observadas na execução do contrato, para reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte os bens, sanando as impropriedades.

**11.5.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo contratado, desde que atinentes ao objeto da contratação.

**11.6.** Efetuar o pagamento ao contratado, de acordo com os parâmetros de preço e prazo estabelecidos neste Contrato, no Termo de Referência e no Edital.

**11.7.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pelo contratado, quando couber.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**12.1.** Manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações e as condições de habilitação exigidas na licitação;

**12.2.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

**12.3.** Executar o objeto contratual, nos termos, local, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas no Termo de Referência e no Contrato, de forma a garantir os melhores resultados.

**12.4.** O objeto contratual será entregue de acordo com a necessidade do contratante, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância das recomendações técnicas aceitáveis, respectivas normas e legislação pertinentes.

**12.5.** Submeter ao contratante, previamente e por escrito, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do objeto contratual que fuja das especificações constantes no Termo de Referência e no Contrato.

**12.6.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**12.7.** Comunicar no prazo de até 02 (dois) dias úteis ao contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, telefone, e-mail e outros julgáveis necessários para o recebimento de correspondência.

**12.11.** O contratado responsabilizar-se-á integralmente pela execução do objeto contratado, cumprindo as disposições legais que interfiram em sua execução, devendo para tal:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

**12.11.1.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

**12.11.2.** Responder civil e criminalmente pelos danos causados diretamente ou indiretamente ao contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a concomitante fiscalização realizada pelo contratante.

**12.11.3.** Indenizar terceiros e/ou o contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o contratado adotar as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.

**12.11.4.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

**12.11.5.** Responder a qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da execução do Contrato, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o contratante de qualquer solidariedade ou responsabilidade.

**12.12.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da solicitação formal do contratante, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, bem como quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**12.13.** Emitir Nota Fiscal, discriminando o objeto, de acordo com a especificação constante no Termo de Referência.

**12.14.** Atender às demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº 14.133/2021, e suas respectivas alterações.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SUBCONTRATAÇÃO

**13.1.** É vedada a subcontratação do objeto deste contrato.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

**14.1.** Será designado, pelo contratante, um servidor qualificado ou uma comissão para exercer a fiscalização e acompanhamento do contrato, que terá, dentre outras, a incumbência de informar as ocorrências relevantes verificadas na execução contratual, inclusive quanto a eventuais atrasos e descumprimentos de cláusulas contratuais; solicitar ao contratado documentos exigidos para o fornecimento do bem, correção de falhas na execução contratual, cumprimento da legislação aplicável, e, sendo o caso, determinar a substituição de produtos defeituosos; informar as autoridades competentes a ocorrência de ilegalidades e irregularidades que constatar;

**14.2.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais de contratos, representantes da Administração especialmente designados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

**14.3.** A fiscalização exercida pelo contratante na entrega dos bens não exclui a responsabilidade do contratado, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica corresponsabilidade do contratante ou de seus agentes e prepostos.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**15.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

**15.1.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato.

**15.1.2.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

**15.1.3.** Dar causa à inexecução total do contrato.

**15.1.4.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

**15.1.5.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**15.1.6.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

**15.1.7.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

**15.1.8.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

**15.1.9.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

**15.1.10.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei nº 12.846/2013.

**15.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**15.2.1.** Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato que não implique em prejuízo ou dano à administração, bem como na hipótese de descumprimento de pequena relevância praticado pelo contratado e que não justifique imposição de penalidade mais grave;

**15.2.2.** Multa:

**15.2.2.1.** moratória: em razão do atraso injustificado: na proporção de 2 % (2 por cento) do valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de 30 (trinta) dias corridos.

**15.2.2.1.1.** O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

**15.2.2.2.** compensatória: será aplicada multa de 0,5% até 30% sobre o valor do contrato, devendo a autoridade competente observar, na dosimetria da pena, as seguintes recomendações:

**15.2.2.2.1.** Em casos de inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

**15.2.2.2.2.** Em casos de inexecução total do contrato, bem como nas hipóteses de atos fraudulentos com o objetivo de obter vantagens indevidas, a multa será fixada entre 15% a 30% do valor do contrato licitado.

**15.2.2.2.3.** No caso de inexecução total, a multa será aplicada independentemente da existência ou não do prejuízo ao contratante, implicando ainda na possibilidade de rescisão do contrato.

**15.2.2.3.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**15.2.2.4.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

**15.2.2.5.** Caso o contratado não tenha nenhum valor a receber do contratante, ou os valores do pagamento e da garantia contratual forem insuficientes, o contratante concederá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento de sua intimação, para que a multa seja paga.

**15.2.2.6.** Esgotados os meios administrativos para a cobrança dos valores devidos, o contratante providenciará o encaminhamento do processo à Procuradoria-Geral do Estado para que seja realizada a cobrança judicial.

**15.2.2.7.** Caso o contratante tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, o contratado ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

**15.2.2.8.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

**15.2.3.** Impedimento de licitar e contratar, caso não se justifique imposição de penalidade mais grave.

**15.2.3.1.** Essa penalidade poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:

**15.2.3.1.1.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**15.2.3.1.2.** Der causa à inexecução total do contrato;

**15.2.3.1.3.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**15.2.3.1.4.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**15.2.3.1.5.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**15.2.3.1.6.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**15.2.3.1.7.** As condutas aqui enumeradas também podem justificar a aplicação da declaração de inidoneidade quando as circunstâncias do caso concreto justificarem a imposição de penalidade mais grave.

**15.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

**15.2.4.1.** A declaração de inidoneidade para licitar e contratar pode ser aplicada por qualquer ente da federação impedirá o responsável de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado de Mato Grosso pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**15.2.4.2.** Essa penalidade poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:

**15.2.4.2.1.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**15.2.4.2.2.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**15.2.4.2.3.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**15.2.4.2.4.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**15.2.4.2.5.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

**15.3.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

**15.4.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

**15.5.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

**15.6.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração:

**15.6.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**15.6.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**15.6.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**15.6.4.** os danos que dela provierem para o contratante;

**15.6.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**15.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei e nos regulamentos estaduais complementares.

**15.8.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**15.9.** Após a apuração dos fatos e responsabilização da empresa, as penalidades aplicadas constarão registradas nos sistemas informatizado do Estado de Mato Grosso (Cadastro de Fornecedores) e do Poder Executivo Federal, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis).

**15.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÃO DO CONTRATO

**16.1.** O contrato poderá ser alterado na forma do art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

**16.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**16.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

**16.4.** Durante a vigência do contrato o contratado poderá solicitar a revisão dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 124, II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - EXTINÇÃO DO CONTRATO





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

**17.1.** O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**17.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**17.3.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado: (a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e (b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**17.4.** O presente termo de contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no rol do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurado o contraditório e ampla defesa e respeitados os procedimentos descritos nas demais legislações aplicáveis.

**17.4.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

**17.4.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**17.4.3.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**17.5.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

**17.6.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**17.6.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**17.6.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**17.6.3.** Indenizações e multas.

**17.7.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021).

**17.8.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021).

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - MODELOS DE GESTÃO DO CONTRATO

**18.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DIREITO DE PETIÇÃO

**19.1.** No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

### CLÁUSULA VIGÉSIMA - NULIDADE DO CONTRATO

**20.1.** Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada quando revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, dos aspectos descritos no art. 147 da Lei nº 14.133/2021.

**20.2.** A nulidade não exonera o contratante do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa, nos termos do que estabelece o art. 149 da Lei nº 14.133/2021.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – PUBLICAÇÃO

**21.1.** O contratante deverá providenciar a publicidade deste contrato e dos seus aditivos no sítio eletrônico oficial do órgão contratante e no Diário Oficial da Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – FORO

**22.1.** Fica eleito o foro de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser compostas pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Local e data da assinatura.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADO

\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHA 1

\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHA 2



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

## ANEXO VI – MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº xxxx/2026

Processo Administrativo nº xx/2026

Pregão eletrônico nº xx/2026

O MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA – Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Avenida Fernando Corrêa da Costa, nº 940, Centro, Pedra Preta/MT, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.773.942/0001-09, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, Sr<sup>a</sup>. **JÉSSICA DAMACENA**, brasileira, casada, inscrita no RG sob o nº 1563490-6 SSP/MT e no CPF 004.997.911-69, residente e domiciliada na Rua Presidente Médice, nº 1430 – Centro – Pedra Preta – MT, CEP 78795-000, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS da empresa relacionada, quantidades estimadas e indicadas abaixo, de acordo com a classificação obtida em cada ITEM, atendendo às condições, às especificações técnicas e às propostas ofertadas na licitação regulamentada pelo Edital e anexos do Pregão Eletrônico nº 15/2026, Processo Administrativo nº 42/2026, independentemente de transcrições, constituindo esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS documento vinculativo e obrigacional às partes.

EMPRESA:	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
REPRESENTANTE:	NOME:  CPF:  IDENTIDADE:
CONTATO:	

Sujeitam-se as partes à Constituição Federal, a Lei nº 14.133/2021 e a Lei Complementar nº 123/2006, sem prejuízo de outras normas aplicáveis.

#### 1. OBJETO

- 1.1. Esta Ata possui o objetivo de registrar preços dos itens abaixo relacionados, para futura e eventual aquisição de materiais e insumos laboratoriais, destinados ao atendimento das



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

demandas do Hospital Municipal Luciana Martins Amorim e das Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Município de Pedra Preta – MT, conforme condições e especificações constantes nesta Ata de Registro de Preço.

ITEM (XX) EMPRESA:				
Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário
1				
VALOR TOTAL (XX) R\$ ( )				

- 1.2. O preço unitário de cada ITEM englobará todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, incluindo seguro, tributos, seguros, remunerações, despesas fiscais e financeiras, benefícios e despesas indiretas (BDI), manuais, transporte, todas as taxas e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto deste Registro, e não será considerada nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços.

## 2. EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO

- 2.1. Esta Ata de Registro de Preço não gera a obrigação aos Órgãos e Entidades participantes do Registro de Preços, de contratar, possuindo característica de futura e eventual contratação de acordo com os preços, fornecedores beneficiários e condições relacionadas na licitação e propostas apresentadas.

## 3. FORMA DE EXECUÇÃO

- 3.1. A empresa detentora do Registro deverá entregar os bens para atender as necessidades dos Órgãos adesos conforme especificado no Edital e seus anexos, no Termo de Referência e na proposta de preços.
- 3.2. Após a publicação desta Ata no Diário Oficial dos Municípios, as empresas registradas ficam obrigadas a atender todos os pedidos feitos pelos Órgãos participantes, além de manter as condições de habilitação durante todo o período de vigência da Ata.

## 4. GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. O gerenciamento desta Ata caberá ao gerenciador, que exercerá as competências dispostas na Lei 14.133/21, competindo-lhe, ainda:

- 4.1.1. Promover a publicação desta Ata no Diário Oficial da Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM, após assinatura das empresas vencedoras da licitação, de acordo com



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

a ordem de classificação, e da autoridade competente do gerenciador;

**4.1.2.** Arquivar a Ata de Registro de Preços em autos próprios e disponibilizá-la em meio eletrônico;

**4.1.3.** Conduzir procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;

**4.1.4.** Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços.

**4.2.** Todas as eventuais alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços.

## 5. VIGÊNCIA

**5.1.** O prazo de vigência desta Ata será de 01 (um) ano, contado a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial da Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço mais vantajoso, nos termos Da Lei 14.133/21. O saldo será renovado de acordo com o quantitativo licitado.

## 6. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**6.1.** Desde que devidamente justificada a vantagem, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública poderá solicitar a utilização da presente ARP (POR ADESÃO), durante sua vigência, independentemente da participação ou não na licitação sobredita, mediante anuências do órgão gerenciador e do particular titular do registro, nos termos previstos no art. 86, §§ 2º a 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Lei nº 14.770/2023, desde que observadas as disposições abaixo:

a) O órgão ou entidade pública interessado na adesão deverá consultar prévia e diretamente o fornecedor titular da ARP, visando obter a concordância formal com a contratação pretendida;

b) É faculdade do fornecedor titular da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, a aceitação ou não da contratação decorrente de adesão, independentemente de qualquer justificativa formal;

c) Cabe ao órgão ou entidade aderente encaminhar ao GERENCIADOR a concordância do fornecedor;

d) Proceder à consulta formal ao GERENCIADOR, por meio de ofício ou outro expediente competente, encaminhado para o e-mail institucional [licitacao@pedrapreta.mt.gov.br](mailto:licitacao@pedrapreta.mt.gov.br), no qual deverá constar o objeto que interessa contratar, o respectivo quantitativo pretendido e a concordância do fornecedor para fins de análise e manifestação sobre a possibilidade de adesão;

**6.2.** O quantitativo decorrente das adesões à ARP não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem (art. 86, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

**6.3.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

## 7. ALTERAÇÕES DA ATA E REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízos da possibilidade de remanejamento entre os participantes.

7.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, de acordo com pesquisa de preços, mantendo-se pelo menos a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

## 8. REAJUSTE

8.1. Os preços inicialmente registrados são fixos e irremovíveis pelo prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação formal do contratado, acompanhada de memorial do cálculo.

8.3. Os contratos firmados após a concessão do reajustamento desta ata de registro de preços deverão ser firmados com o novo preço registrado e somente poderão ser reajustados novamente com o decurso de 12 (doze) meses daquela data-base.

8.4. Não há preclusão automática ao direito de reajuste na prorrogação da ARP.

8.5. O órgão gerenciador pode negociar com o particular com o propósito de obter condições mais vantajosas ao Município.

## 10. CANCELAMENTO OU SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A empresa registrada terá o seu registro cancelado, nas seguintes situações:

10.1.1. Quando descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

10.1.2. Quando não for retirada a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

10.1.3. Quando os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a empresa se recusar a reduzi-los;

10.1.4. Quando a empresa for declarada inidônea ou impedida do direito de contratar e licitar com a Administração.

10.2. O cancelamento de Registros nas hipóteses previstas nos subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.4 será formalizado por decisão do gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

**10.3.** O cancelamento do Registro de Preços será comunicado mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios AMM.

**10.3.1.** Havendo o cancelamento do preço registrado, permanecerá o compromisso da garantia e assistência técnica do(s) serviço(s) executado(s), anteriormente ao cancelamento.

**10.4.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovado e justificado, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

**10.5.** O direito ao contraditório e ampla defesa antes do cancelamento do registro não impede a suspensão do registro até a decisão da autoridade competente.

## 11. DISPOSIÇÕES DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

**11.1.** As contratações serão formalizadas pelos Órgãos e Entidades participantes ou os que vierem a aderir, conforme disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133/2021, observadas as disposições constantes na minuta de contrato, anexo do Edital.

**11.2.** Por tratar-se de Registro de Preços, os recursos financeiros para fazer face às despesas da contratação correrão por conta dos Órgãos e Entidade aderentes, cujo elemento de despesas e nota de empenho constarão nos respectivos contratos, observadas as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços.

**11.3.** É vedado caucionar ou utilizar o contrato administrativo decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da autoridade competente.

## 12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**12.1.** A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**12.2.** Quanto ao atraso para assinatura do contrato:

**12.2.1.** Atraso de até 02 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento), sobre o valor da nota de empenho se for prestação de serviço única e sobre o valor do contrato e for prestação de serviço parcelada/mensal;

**12.2.2.** A partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 10º (décimo) dia útil, multa de 10% (dez por cento), sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia útil de atraso.

**12.3.** Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, poderão ser aplicadas também, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

**12.3.1. Advertência** na hipótese em que a inexecução parcial não implique em prejuízos





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

ou dano à Administração;

**12.3.2. Multa** de até 30% (trinta por cento) sobre o valor registrado, e corrigido monetariamente, recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à Administração;

**12.3.3. Impedimento** de participar em licitação e de contratar com o órgão Municipal, pelo prazo de até 03 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**12.3.4. Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, de qualquer ente da Federação, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**12.4.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**12.5.** As multas aplicadas deverão ser pagas no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação, e não sendo recolhidas nesse prazo, além de nova penalização, serão descontadas dos créditos da empresa contratada ou cobradas administrativa ou judicialmente.

**12.6.** As penalidades previstas acima têm caráter de sanção administrativa, consequentemente:

**12.6.1.** A sua aplicação não exime a empresa da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar à Administração;

**12.6.2.** Não exclui a responsabilização judicial por atos ilícitos;

**12.6.3.** As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais, quando cabíveis.

**12.7.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços e dos contratos decorrentes será apurado pelo gerenciador.

## 13. NULIDADE DA ATA

**13.1.** Mediante decisão escrita e devidamente fundamentada, esta Ata de Registro de Preços será anulada se ocorrer ilegalidade insanável em seu processamento ou nas fases que lhe deu origem, suspensa ou revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

**13.1.1.** Ao pronunciar a nulidade do processo licitatório, a autoridade competente indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, devendo respeitar o disposto no art. 21 da LINDB.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

### 14. CASOS OMISSOS

**14.1.** As cláusulas desta Ata de Registro de Preços somam-se às obrigações das partes previstas no Edital do Pregão Eletrônico e seus anexos, bem como aquelas previstas na minuta do contrato.

**14.2.** Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes na Lei Federal nº 14.133/2021.

Pedra Preta MT, xx de xxxxx de 2026

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

## ANEXO VII – PLANILHA DE VALORES REFERENCIAIS

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	VLR UNIT. A	VLR TOTAL A	VLR UNIT. B	VLR TOTAL A	VLR UNIT. C	VLR TOTAL C	VLR UNIT. D	VLR TOTAL D	VLR UNIT. E	VLR TOTAL E	VLR UNIT. F	VLR TOTAL F	MÉDIA VLR UNIT.	MÉDIA VLR TOTAL
1	20	UND	TESTE PARA DETERMINAÇÃO DE ASLO - DA ANTIESTREPTOLISINA O, AGLUTINAÇÃO EM LATEX, LEITURA AGLUTINAÇÃO, EXECUÇÃO AUTOMÁTICA, SORO, DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA, VALIDADE MÍNIMA APÓS ENTREGA DE 06 MESES, CONTENDO 50 TESTES, CASSETE PRONTO PARA USO, NR.LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE, PROCEDÊNCIA.	60,60	1.212,00	52,00	1.040,00	60,00	1.200,00	65,40	1.308,00	40,08	801,60	38,07	761,40	52,69	1.053,80



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

2	1.000	CAIXA	TIRA REAGENTE - TIRA REAGENTE PARA ANALISE DE URINA, COMBUR PARA URINA, GLICOSE, BILIRRUBINA, CORPOS CETONICOS, DENSIDADE, SANGUE, PH, PROTEINA, UROBILINOGENIO, NITRITO, LEUCOCITOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO. CAIXA COM 100UNIDADES.	53,55	53.550,00	43,60	43.600,00	44,27	44.270,00	48,25	48.250,00	0,00	0,00	30,00	30.000,00	43,93	43.930,00
---	-------	-------	---	-------	-----------	-------	-----------	-------	-----------	-------	-----------	------	------	-------	-----------	-------	-----------



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

3	100.000	UND	AGULHA REMOVIVEL - COLETA MULTIPLA DE SANGUE, PARA EM ADAPTADOR P/TUBO DE COLETA DE SANGUE A VACUO, AGULHA VACUTAINER - 25 X 8.	0,51	51.000,00	0,92	92.000,00	0,75	75.000,00	0,83	83.000,00	0,00	0,00	0,56	56.000,00	0,71	71.000,00
4	50.000	UND	AGULHA REMOVIVEL - COLETA MULTIPLA DE SANGUE, PARA EM ADAPTADOR P/TUBO DE COLETA DE SANGUE A VACUO, AGULHA VACUTAINER - 30 X 8.	0,00	0,00	2,13	106.500,00	3,00	150.000,00	3,29	164.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,81	140.500,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

5	50	UND	CALICE - EM POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 200ML, BASE CIRCULAR, PARA SEDIMENTAÇÃO.	4,00	200,00	4,86	243,00	4,90	245,00	5,35	267,50	2,00	100,00	0,00	0,00	4,22	211,00
6	10	UND	CAMARA DE CONTAGEM - DE NEUBAUER, MELHORADA, EM VIDRO, TRANSPARENTE, COM 2 RETICULOS, COM SULCO SEPARADOR COM LARG. MIN.3MM E PROF.1,5MM, COM 02 LAMINULAS, PARA CONTAGEM DE CELULAS E ELEMENTOS, ACONDICIONADO EM CAIXA RESISTENTE COM 01 UNIDADE.	119,00	1.190,00	413,70	4.137,00	198,00	1.980,00	215,99	2.159,90	224,99	2.249,90	0,00	0,00	234,34	2.343,40



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

7	10	UND	CAMARA DE CONTAGEM - K- CELL, DESCARTAVEL, PLASTICO, 9 CIRCULOS CORRESPONDEN DO A 0.1 UL, COM SULCO SEPARADOR, PARA CONTAGEM DE CELULAS E ELEMENTOS, ACONDICIONADO EM CAIXA COM 100 UNIDADES.	0,00	0,00	864,00	8.640,00	877,62	8.776,20	956,00	9.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00	899,21	8.992,10
---	----	-----	--	------	------	--------	----------	--------	----------	--------	----------	------	------	------	------	--------	----------





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

8	15	KIT	CORANTE - HEMATOLOGICO PANOTICO RAPIDO, ASPECTO FISICO:LIQUIDO, CARACTERISTICA S ADICIONAIS:FRAS COS SEPARADOS, COMPOSICAO:0,1 % DE CICLOHEXADIENO S,0,1% DE AZOBENZOSULFO NICOS, COMPONENTES ADICIONAIS:0,1% DE FENOTIAZINAS.	75,00	1.125,00	123,67	1.855,05	117,98	1.769,70	128,60	1.929,00	0,00	0,00	60,00	900,00	101,05	1.515,75
---	----	-----	---	-------	----------	--------	----------	--------	----------	--------	----------	------	------	-------	--------	--------	----------



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

9	5	UND	CRONOMETRO - CRONOMETRO PROFISSIONAL COM CRONOMETRO DIGITAL, SISTEMA LAP E SPLIT, RESISTENTE A AGUA C/ CRONOMETRO PROGRESSIVO E REGRESSIVO, MEMORIA P/2 TEMPOS DE PIQUE C/ CALEDARIO E HORARIO,DE 1/100 SG,DE 1/100 CENTESIMAL, ALIMENTACAO: BATERIA.	0,00	0,00	177,91	889,55	164,00	820,00	178,76	893,80	0,00	0,00	62,55	312,75	145,81	729,05
10	5.000	UND	DISPOSITIVO INTRAVENOSO TIPO SCALP - PARA COLETA SANGUE A VACUO COM DISPOSITIVO DE SEGURANCA 21G.	0,00	0,00	1,13	5.650,00	1,20	6.000,00	1,30	6.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,21	6.050,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

11	20.000	UND	DISPOSITIVO INTRAVENOSO TIPO SCALP - PARA COLETA SANGUE A VACUO COM DISPOSITIVO DE SEGURANCA 23G.	0,00	0,00	1,19	23.800,00	1,20	24.000,00	1,30	26.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,23	24.600,00
12	5.000	UND	DISPOSITIVO INTRAVENOSO TIPO SCALP - PARA COLETA SANGUE A VACUO COM DISPOSITIVO DE SEGURANCA 25G.	0,00	0,00	2,17	10.850,00	2,15	10.750,00	2,35	11.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,22	11.100,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

13	20	UND	ESTANTE DE AMOSTRA - PARA TUBO DE ENSAIO, DE ARAME REVESTIDO DE PVC, PARA 12 CM X 23,5 CM, 72 FUROS DE 1,7 CM DE DIAMETRO, PARA USO EM COLETA DE AMOSTRAS.	0,00	0,00	130,95	2.619,00	130,00	2.600,00	141,00	2.820,00	0,00	0,00	0,00	0,00	133,98	2.679,60
14	20	UND	ESTANTE DE AMOSTRA - PARA TUBO DE ENSAIO, DE ARAME REVESTIDO DE PVC, PARA 15 MM X 100 MM, 96 TUBOS C/ 7 CM ALTURA, 3,5 DE GRADE INTERMEDIARIAE 2X2 CM DE QUADRADO INTERNO., PARA USO EM COLETA DE AMOSTRAS.	0,00	0,00	130,05	2.601,00	129,95	2.599,00	141,00	2.820,00	0,00	0,00	128,50	2.570,00	132,38	2.647,60



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

15	100.000	UND	FRASCO COLETOR PARA SECRECOES E URINA - EM POLIPROPILENO,S EM PÁ, COR: TRANSPARENTE, TAMPA DE ROSCA,CAPACIDA DE: 80ML,COM ESCALA DE GRADUACAO,EMB ALAGEM APROPRIADA.	0,69	69.000,00	1,17	117.000,00	0,90	90.000,00	0,99	99.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,94	94.000,00
----	---------	-----	---	------	-----------	------	------------	------	-----------	------	-----------	------	------	------	------	------	-----------









## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

18	200	KIT	KIT PARA DOSAGEM DE TROPONINA - CARDIAC COMBO RAPID TESTE,IMUNOENS AIO CROMATOGRAFIC O QUALITATIVO PARA DETECCAO DE TROPONINA I (CTNI),CK-MB E MIOGLOBINA EM SANGUE TOTAL, SORO OU PLASMA.	610,00	#####	0,00	0,00	550,00	110.000,00	599,50	119.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	586,50	117.300,00
----	-----	-----	---	--------	-------	------	------	--------	------------	--------	------------	------	------	------	------	--------	------------



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

19	10	KIT	KIT SOROLOGICO PARA DETECCAO DE BACTERIAS - PARA DETECCAO DE PARA INTRADERMORRE ACAO DA HANSENIASE, MITSUDA, EXECUCAO MANUAL, EM SORO, VALIDADE MINIMA APOS A ENTREGA DE 6 MESES, ENTREGA DE ACORDO COM CRONOGRAMA DO SERVICO, KIT CONTENDO FRASCO, ROTULO COM NR DE LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALI DADE, TEMPERAT URA DE ARMAZENAMENT O.	892,50	8.925,00	0,00	0,00	852,60	8.526,00	929,30	9.293,00	0,00	0,00	0,00	0,00	891,47	8.914,70
----	----	-----	--	--------	----------	------	------	--------	----------	--------	----------	------	------	------	------	--------	----------



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

20	100	KIT	KIT TESTE SOROLOGICO PARA SIFILIS - DE ANTIGENO CARDIOLIPIDICO, COM VALIDADE MINIMA DE 06 MESES, PARA PROVA DE FLOCULACAO, (V.D .R.L.), DEVENDO CONSTAR EM CADA FRASCO E EMBALAGEM O NUMERO DO LOTE, BULA DETALHADA CONFORME LEGISLACAO VIGENTE, CONSERVACAO E ACONDICIONAMENTO, DE ACORDO COM AS INSTRUÇÕES DO FABRICANTE, DEVENDO POSSUIR REGISTRO NA ANVISA, PARA USO EM SORO OU PLASMA.	89,25	8.925,00	40,00	4.000,00	55,00	5.500,00	59,95	5.995,00	26,62	2.662,00	0,00	0,00	54,16	5.416,00
----	-----	-----	---	-------	----------	-------	----------	-------	----------	-------	----------	-------	----------	------	------	-------	----------



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

21	10	CAIXA	LAMINA - DE VIDRO COM FUNDO PRETO E SEIS CIRCULOS ENUMERADOS DE 1 A 6, MARCADOS COM A COR BRANCA, PLACA UTILIZADA PARA TESTES DE AGLUTINAÇÃO EM LATEX ( ASO, PCR, FR). CAIXA COM 50 UNIDADES.	20,00	200,00	20,00	200,00	20,00	200,00	21,99	219,90	0,00	0,00	0,00	0,00	20,50	205,00
22	100	CAIXA	LAMINA - EM VIDRO, BORDA LISA, SUPERFICIE LISA, 1,2 A 1,4 MM, NA DIMENSAO DE 26X76MM, HEMATOLOGIA, HANSENIASE E TUBERCULOSE, PARA MICROSCOPIA, ACONDICIONADO EM CAIXAS COM 50 UNIDADES.	0,00	0,00	21,37	2.137,00	25,98	2.598,00	28,39	2.839,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25,25	2.525,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

23	100	CAIXA	LAMINA DE VIDRO FOSCA - PARA MICROSCOPIA. LAMINAS COM ESPESSURA ENTRE 1,0 A 1,2MM; DIMENSOES: 26 X 76MM; SELADAS A VACUO. APRESENTACAO: CAIXA COM 50 LAMINAS.	0,00	0,00	24,75	2.475,00	26,50	2.650,00	28,99	2.899,00	0,00	0,00	8,50	850,00	22,19	2.219,00
24	20	CAIXA	LAMINULA - DE VIDRO, MA MEDIDA 20 X 25 MM, LISA, UTILIZADO EM CAMARA DE NEUBAUER, EMBALADO EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO. CAIXA COM 50 UNIDADES.	0,00	0,00	17,20	344,00	17,36	347,20	18,99	379,80	0,00	0,00	0,00	0,00	17,85	357,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

25	50	CAIXA	LAMINULA - PARA MICROSCOPIA, LAMINULAS COM ESPESSURA DE 22 X 22 MM; EMBALADAS A VACUO EM PAPEL ALUMINIZADO. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 100 UNIDADES.	5,50	275,00	0,00	0,00	6,45	322,50	7,09	354,50	0,00	0,00	6,50	325,00	6,39	319,50
26	10	UND	MICROPIPETA AUTOMATICA - DE 50 A 200 MICROLITROS, REGULAVEL.	214,20	2.142,00	468,75	4.687,50	254,25	2.542,50	277,15	2.771,50	0,00	0,00	0,00	0,00	303,59	3.035,90



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

27	10	UND	OLEO DE IMERSAO - I-R- (40 C) 1,4975 OLEO DE IMERSAO PARA MICROSCOPIA,TR ANSPARENTE, I-R.	42,84	428,40	31,58	315,80	40,00	400,00	43,69	436,90	0,00	0,00	71,19	711,90	45,86	458,60
28	5.000	FRAS C	PCR TESTE- PARA PESQUISA DE PCR POR AGLUTINACAO INDIRETA , PARA TESTE DE LATEX EM LAMINA SEM CONTROLES NEGATIVOS E POSITIVOS INCLUSOS. FRASCO COM 2ML.	53,55	#####	36,00	180.000,00	47,00	235.000,00	51,29	256.450,00	31,99	#####	0,00	0,00	43,97	219.850,00





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

29	100	CAIXA	PIPETA - DE SILICONE, COM BOCAL PONTA DE GOTEIRO, AUTOCLAVAVEL, PARA USO EM PIPETA PASTEUR. CAIXA COM 100 UNIDADES.	0,00	0,00	0,00	0,00	41,85	4.185,00	45,69	4.569,00	0,00	0,00	108,00	10.800,00	65,18	6.518,00
30	10	UND	PIPETADOR - TIPO PERA, EM MATERIAL BORRACHA FLEXIVEL, 03 VALVULAS, ESFERAS EM ACO INOXIDAVEL, ACOPLAMENTO EM PIPETAS DE VIDRO DE 01 ML, DE 2-100 ML.	42,00	420,00	43,15	431,50	48,45	484,50	52,99	529,90	21,50	215,00	31,00	310,00	39,85	398,50



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

31	10	UND	PLACA - DE KLINE PARA VDRL, ESCAVADA EM VIDRO, COM 12 POCOS, DIMENSOES: 60X80MM, ESPESSURA: 5MM, DIMENSAO DAS CAVIDADES: 16MM DE DIAMETRO, 3MM PROFUNDIDADE.	71,40	714,00	52,35	523,50	69,77	697,70	76,05	760,50	0,00	0,00	0,00	0,00	67,39	673,90
32	20	PCT	PONTEIRA PLASTICA - DESCARTAVEL, AMARELA, PARA PIPETA MONOCANAL E/OU MULTICANAL, COM CAPACIDADE 0,5 - 250UL, ACONDICIONADO EM PACOTE COM 1000 UNIDADES, ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICACAO E PROCEDENCIA.	21,42	428,40	58,00	1.160,00	43,75	875,00	47,99	959,80	24,99	499,80	73,59	1.471,80	44,96	899,20



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

33	10	PCT	PONTEIRA PLASTICA - DO TIPO PONTEIRA UNIVERSAL DESCARTAVEL AZUL DE 500 A 1000ML. PACOTE COM 1.000 UNIDADES.	65,45	654,50	23,86	238,60	54,90	549,00	59,99	599,90	0,00	0,00	49,00	490,00	50,64	506,40
34	20	UND	PROVETA - EM VIDRO,CAPACIDA DE DE 1000ML,RIGOROSAMENTE COM CERTIFICADO ASTM E ISO9001,BASE DE PLASTICO,COM TAMPAS DE POLIETILENO.	0,00	0,00	200,55	4.011,00	190,00	3.800,00	207,10	4.142,00	0,00	0,00	0,00	0,00	199,22	3.984,40
35	20	UND	PROVETA - EM VIDRO,CAPACIDA DE DE 100ML,RIGOROSAMENTE COM CERTIFICADO ASTM E ISO9001.	0,00	0,00	63,79	1.275,80	61,35	1.227,00	66,99	1.339,80	0,00	0,00	0,00	0,00	64,04	1.280,80



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

36	20	UND	PROVETA - EM VIDRO,CAPACIDA DE DE 250ML,RIGOROSA MENTE COM CERTIFICADO ASTM E ISO9001,BASE DE PLASTICO,COM TAMPA DE POLIETILENO.	0,00	0,00	100,27	2.005,40	109,92	2.198,40	119,99	2.399,80	0,00	0,00	0,00	0,00	110,06	2.201,20
37	20	UND	PROVETA - EM VIDRO,CAPACIDA DE DE 500ML,RIGOROSA MENTE COM CERTIFICADO ASTM E ISO9001,BASE DE PLASTICO,COM TAMPA DE POLIETILENO.	0,00	0,00	131,11	2.622,20	170,00	3.400,00	185,30	3.706,00	0,00	0,00	0,00	0,00	162,14	3.242,80



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

38	5	KIT	REAGENTE - PARA COLORACAO DE BAAR, COMPOSTO DE KIT PARA COLORACAO, ACONDICINADO EM EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO, ROTULO COM NR.LOTE, DATA DE FABRICACAO, PROCEDENCIA.	0,00	0,00	0,00	0,00	66,62	333,10	72,99	364,95	0,00	0,00	0,00	0,00	69,81	349,05
----	---	-----	---	------	------	------	------	-------	--------	-------	--------	------	------	------	------	-------	--------



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

39	5	UND	REAGENTES QUIMICOS - LIQUIDO DE TURCK, CATEGORIA P.A., CATEGORIA PARA CONTAGEM DE LEUCOCITOS EM CAMARA, APRESENTADO EM LIQUIDO, REAGENTE HIDRATADO, ACONDICIONADO EM FRASCO DE COM 01 LITRO, ROTULO COM NR. DO OTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, FORMULA E CONDICAO DE ARMAZENAMENTO.	0,00	0,00	90,00	450,00	95,00	475,00	103,59	517,95	0,00	0,00	0,00	0,00	96,20	481,00
----	---	-----	---	------	------	-------	--------	-------	--------	--------	--------	------	------	------	------	-------	--------



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

40	5	FRAS C	REAGENTES QUIMICOS - LUGOL FORTE SOLUCAO, PADRAO ANALITICO ESPECIFICO PARA LABORATORIO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, FRASCO 500ML.	198,73	993,65	118,40	592,00	140,99	704,95	153,99	769,95	0,00	0,00	132,00	660,00	148,82	744,10
41	50	FRAS C	REAGENTES QUIMICOS - SORO ANTI-A - MONOCLONAL PARA REACAO E PESQUISA DA TIPAGEM SANGUINEA DO SISTEMA ABO, FRASCO COM APRESENTACAO DE 10ML COM CONTA GOTAS, DATA DE VALIDADE, LOTE E REGISTRO MS.	32,50	1.625,00	57,90	2.895,00	48,01	2.400,50	52,99	2.649,50	39,90	1.995,00	0,00	0,00	46,26	2.313,00





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

42	50	FRAS C	REAGENTES QUIMICOS - SORO ANTI-AB, MONOCLONAL PARA REACAO E PESQUISA DA TIPAGEM SANGUINEA DO SISTEMA ABO. FRASCO COM APRESENTACAO DE 10ML COM CONTA GOTAS, DATA DE VALIDADE, LOTE E REGISTRO MS.	32,15	1.607,50	68,00	3.400,00	61,25	3.062,50	66,59	3.329,50	39,90	1.995,00	0,00	0,00	53,58	2.679,00
43	50	FRAS C	REAGENTES QUIMICOS - SORO ANTI-B - MONOCLONAL PARA REACAO E PESQUISA DA TIPAGEM SANGUINEA DO SISTEMA ABO FRASCO COM APRESENTACAO DE 10ML COM CONTA GOTAS, DATA DE VALIDADE, LOTE E REGISTRO MS.	32,15	1.607,50	57,90	2.895,00	56,49	2.824,50	61,59	3.079,50	39,90	1.995,00	0,00	0,00	49,61	2.480,50



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

44	50	FRAS C	REAGENTES QUIMICOS - SORO ANTI-D, MONOCLONAL IGM+IGG COMBINADO PARA REACAO E PESQUISA DA TIPAGEM SANGUINEA DO SISTEMA ABO FRASCO COM APRESENTACAO DE 10ML COM CONTA GOTAS, DATA DE VALIDADE, LOTE E REGISTRO MS.	59,50	2.975,00	88,00	4.400,00	70,00	3.500,00	76,30	3.815,00	30,99	1.549,50	0,00	0,00	64,96	3.248,00
45	50	FRAS C	SORO ANTI RH - REAGENTE ANTI CDE , ESPECIFICACOES TECNICAS MINIMAS: REAGENTE PARA CLASSIFICACAO DO SISTEMA SANGUINEO,FRAS CO COM 10ML.	0,00	0,00	0,00	0,00	67,51	3.375,50	73,59	3.679,50	30,99	1.549,50	0,00	0,00	57,36	2.868,00



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

AV. FERNANDO CORRÊA DA COSTA, Nº 940 – CENTRO – FONE (66) 3486-4400 e-mail: [licitacao@pedrapreta.mt.gov.br](mailto:licitacao@pedrapreta.mt.gov.br)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

47	100	KIT	TESTE DE DETECCAO DE AC ANTI HEPATITE C - DETERMINACAO DE ANTICORPOS FRENTE AO VIRUS DA HEPATITE C ( ANTI HCV ), ENZIMAIMUNOEN SAIO, UTILIZA COMO SUPORTE MICRO PLACA REVESTIDA COM ANTIGENOS RECOMBINANTES, EXECUCAO TECNICA MANUAL OU SEMI AUTOMATIZADA, SORO OU PLASMA, DETERMINACAO QUALITATIVA, CONTROLES POSITIVO E NEGATIVO, NAO ACOMPANHA CAL IBRADORES, VALIDADE MINIMA APOS ENTREGA DE 4 MESES, CAIXA CONTENDO 25 TESTES, NR. DO LOTE, DATA DE VALIDADE E FABRICACAO.	95,20	9.520,00	58,00	5.800,00	83,00	8.300,00	90,59	9.059,00	47,50	4.750,00	0,00	0,00	74,86	7.486,00
----	-----	-----	--	-------	----------	-------	----------	-------	----------	-------	----------	-------	----------	------	------	-------	----------



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

48	200	KIT	TESTE DE DETECCAO DE AC TOTAL ANTI SIFILIS - TESTE SOROLOGICO PARA SIFILIS,QUIMIOLU MINESCENCIA EM SORO OU PLASMA,ENSAIO AUTOMATIZADO COM LEITURA FOTOMETRICA,EX ECUCAO POR TOTAL AUTOMAÇÃO,SOR O OU PLASMA,DETERMI NACAO QUANTITATIVA,AP ROXIMADAMENTE 100%,APROXIMAD AMENTE 01 DESVIO PADRAO,VALIDAD E MINIMA APOS ENTREGA DE 6 MESES,O MATERIAL DEVE SER CONSERVADO EM 4- A 8-C, CONTENDO 25 TESTES.	0,00	0,00	40,00	8.000,00	45,00	9.000,00	49,00	9.800,00	42,25	8.450,00	0,00	0,00	44,06	8.812,00
----	-----	-----	--	------	------	-------	----------	-------	----------	-------	----------	-------	----------	------	------	-------	----------



PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

49	100	KIT	TESTE DE DETECCAO DE ANTIGENO HIV - REALIZACAO DO DIAGNOSTICO DE INFECCAO PELO VIRUS HIV, ENSAIO IMUNOENZIMATIC O C/ANTIGENOS SENSIBILIZADOS EM TIRA OU MEMBRANAS COM LEITURA VISUAL, LEITURA TESTE IN VITRO PARA DETECCAO QUALITATIVA DO ANTI CORPO CONTRA O VIRUS HIV 1 E 2 NO SORO OU S.TOTAL, EXECUCAO TESTE RAPIDO PARA TRIAGEM DO VIRUS DE HIV, DETERMINACAO PARA APROXIMADAMEN TE 25 TESTES EMBALADOS INDIVIDUALMENTE , EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO, NR.LOTE, DATA FABRICACAO/VALI DADE.	107,10	10.710,00	78,00	7.800,00	99,00	9.900,00	107,99	10.799,00	57,75	5.775,00	0,00	0,00	89,97	8.997,00
AV. FERNANDO CORRÊA DA COSTA, Nº 940 – CENTR – FONE (66) 3436-4400 e-mail: <a href="mailto:licitacao@pedrapreta.mt.gov.br">licitacao@pedrapreta.mt.gov.br</a>																	
115																	



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

50	1.000	CAIXA	TESTE DE GRAVIDEZ - DETERMINAÇÃO POR REAÇÃO QUÍMICA, REAÇÃO EM TIRA (QUÍMICA SECA), TIRAS COM PARTÍCULAS DE GONADOTROFINA CORIÔNICA, NÃO SOFRER INTERFERÊNCIA DE HORMÔNIOS HIPOFISÁRIOS, URINA, QUALITATIVA, DE 0 A 50 MUI/ML, NÃO AUTOMATIZADO, TEMPERATURA AMBIENTE, ACONDICIONADO EM DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE, FÓRMULA E PROCEDÊNCIA. CAIXA COM 25 UNIDADES.	47,60	47.600,00	40,00	40.000,00	50,49	50.490,00	55,19	55.190,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48,32	48.320,00
----	-------	-------	--	-------	-----------	-------	-----------	-------	-----------	-------	-----------	------	------	------	------	-------	-----------





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

51	500	CAIXA	TESTE PARA DETECCAO - DENGUE NS1, IMUNOENSAIO DE FLUORESCÊNCIA PARA MEDICAO QUALITATIVA DE ANTIGENOS NS1 DO VIRUS DA DENGUE (DEN-1, DEN-2, DEN-3 E DEN-4), TIPO DE AMOSTRA: SANGUE TOTAL, SORO E PLASMA, APRESENTACAO: DISPOSITIVO TESTE PARA LEITURA NOS ANALISADORES ECO READER F. CAIXA COM 25 TESTES.	297,50	#####	270,00	135.000,00	300,00	150.000,00	327,00	163.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	298,63	149.315,00
----	-----	-------	---	--------	-------	--------	------------	--------	------------	--------	------------	------	------	------	------	--------	------------



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

52	100	KIT	TESTE SOROLOGICO - KIT CHIKUNGUNYA. O KIT CONTEM TODOS OS REAGENTES, CONTROLE E TAMPOES PARA EXECUCAO DOS TESTES.	654,50	65.450,00	565,58	56.558,00	659,89	65.989,00	719,99	71.999,00	0,00	0,00	0,00	0,00	649,99	64.999,00
53	100	KIT	TESTE SOROLOGICO PARA HBSAG - POR ANTI HBSAG II EIA, 25 TESTES, DATA: NO MINIMO 06 MESES APOS A DATA DA ENTREGA, PARA DETERMINACAO EM SORO OU PLASMA, ROTULAGEM COM DATA DE FABRICACAO, N. DE LOTE, PROCEDENCIA, OBRIGATORIAMENTE ENTRE: 2 A 8 GRAUS.	83,30	8.330,00	0,00	0,00	82,00	8.200,00	89,99	8.999,00	44,75	4.475,00	0,00	0,00	75,01	7.501,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

54	2.000	UND	TUBO - COLETA A VACUO 6ML, PARA TRANSPORTE DE URINA SEM ADITIVO.	0,00	0,00	0,00	0,00	1,24	2.480,00	1,36	2.720,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,30	2.600,00
55	15.000	UND	TUBO A VACUO PARA COLETA DE SANGUE - EM VIDRO, E TRANSPARENTE INCOLOR, MEDINDO 16X100MM, COM TAMPA VERMELHA, SEM ANTICOAGULANTE, COM 10 ML, COM C/ PROTECAO ENTRE OS TUBOS, DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA E VALIDADE, E NACIONAL	1,05	15.750,00	1,84	27.600,00	1,48	22.200,00	1,60	24.000,00	0,00	0,00	0,60	9.000,00	1,31	19.650,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

56	100.000	UND	TUBO A VACUO PARA COLETA DE SANGUE - EM VIDRO, E TRANSPARENTE INCOLOR, MEDINDO 16X100MM, COM TAMPA VERMELHA, SEM ANTICOAGULANT E, COM 4 ML, COM C/ PROTECAO ENTRE OS TUBOS, DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA E VALIDADE, E NACIONAL.	0,75	75.000,00	1,15	115.000,00	1,14	114.000,00	1,24	124.000,00	0,00	0,00	0,60	60.000,00	0,98	98.000,00
----	---------	-----	---	------	-----------	------	------------	------	------------	------	------------	------	------	------	-----------	------	-----------



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

57	50.000	UND	TUBO A VACUO PARA COLETA DE SANGUE - EM VIDRO, E TRANSPARENTE, MEDINDO 13 X 75MM, COM TAMPA CINZA, COM ANTICOAGULANT E (FLUORETO DE SODIO), COM 04 ML, COM C/ PROTECAO ENTRE OS TUBOS, DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA E VALIDADE, E NACIONAL.	1,31	65.500,00	0,87	43.500,00	1,14	57.000,00	1,24	62.000,00	0,00	0,00	0,70	35.000,00	1,05	52.500,00
----	--------	-----	---	------	-----------	------	-----------	------	-----------	------	-----------	------	------	------	-----------	------	-----------



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

58	10.000	UND	TUBO A VACUO PARA COLETA DE SANGUE - EM VIDRO, MICRO, E TRANSPARENTE, COM TAMPA AZUL, COM CITRATO, COM VOLUME DE 1,0 ML, COM PROTECAO ENTRE OS TUBOS, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO, E DADOS DE PROCEDENCIA DO PRODUTO.	1,29	12.900,00	1,02	10.200,00	1,23	12.300,00	1,34	13.400,00	0,48	4.800,00	0,72	7.200,00	1,01	10.100,00
----	--------	-----	---	------	-----------	------	-----------	------	-----------	------	-----------	------	----------	------	----------	------	-----------



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

59	100.000	UND	TUBO A VACUO PARA COLETA DE SANGUE- DE PLASTICO, COM SISTEMA DE SEGURANÇA, TAMANHO 13X75MM, ESTERIL, DESCARTAVEL, TRANSPARENTE, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, COM EDTA-K2, VOLUME DE 04 A 5,5 ML, COM TAMPA DE BORRACHA SILICONIZADA E CAPA PROTETORA NA COR ROXA.	0,67	67.000,00	0,86	86.000,00	0,84	84.000,00	0,95	95.000,00	1,22	#####	0,60	60.000,00	0,86	86.000,00
60	10	UND	TUBO CAPILAR - EM BOROSILICATO, 100MM, PARA DENUDACAO DE OOCITOS, AUTOCLAVAVEL, ACONDICIONADO EM COM 500 CAPILARES.	0,00	0,00	58,34	583,40	56,87	568,70	61,99	619,90	32,01	320,10	0,00	0,00	52,30	523,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PMPP

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

### ANEXO VIII – FORMAÇÃO DOS VALORES

EMPRESA: VALLEN DIAGNOSTICA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 18.849.143/0001-38.

EMPRESA: MEDSERV MT – IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E SERVICOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 42.383.212/0001-45.

NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA.

EMPRESA: MED VITTA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES, CNPJ: 28.418.133/00001-00.

MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE

MUNICÍPIO DE POCONÉ